

D. Diogo de Sousa, o *urbanista*

— leituras e texturas de uma cidade refundada — *

MIGUEL MELO BANDEIRA **

1. INTRÓITO A UM OLHAR

Coube-nos a honra de abordar um dos períodos mais empolgantes da história urbana de Braga e que justamente se encontra personificado na figura e na obra do arcebispo D. Diogo de Sousa (1461-1532). Personalidade ímpar da Igreja, da diplomática e do *humanismo* português, qualquer que seja a sua evocação, o manancial de acontecimentos que lhe está associado transcende a pertinência do mero testemunho biográfico e eleva-se à condição de referencial de uma época. Hoje em dia toda a abordagem da memória da cidade de Braga tem na figura e na obra de D. Diogo de Sousa um marco incontornável, pelo que não há invocação de grandeza ou magnificência do nosso passado comum, não há investigador ou escolar, guia turístico ou reportagem, para quem o seu nome seja uma alusão vã.

Quem percorra a imensa galeria dos antístites de Braga não pode deixar se deter um pouco mais perante a imagem de D. Diogo de Sousa. Mesmo que, em abstracto, se tome por padrão a sua representação pictórica mais conhecida — certamente distante da sua real fisionomia^{*} — a expressividade póstuma atribuída pelo artista ao personagem não desmerecerá seguramente a herança gratificante inerente àqueles que genuinamente souberam dedicar a sua vida a cumprir uma vontade e a servir um ideal.

* Texto e imagens da conferência com o mesmo título apresentados na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica — em Braga, no dia 24 de Março do ano 2000 — Comemorações do Bimilenário de Braga.

** Assistente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.



D. Diogo de Sousa — Museu Tesouro da Sé

Com a cabeça descoberta, despojado dos símbolos formais do poder, ainda que estes também o sejam do transcendente, e com a expressão serena e firme de quem foi surpreendido no meio do seu labor, D. Diogo, fixando o ponto da leitura com a sua intrigante mão destra, olha-nos mais distante da pose do que dos seus pensamentos. A imagem, com oportuna felicidade, tem o dom de nos revelar um homem de acção que igualmente também não prescindiria de cultivar o seu espírito.

Dáí que, além do testemunho reverencial que a sua figura e obra, em si naturalmente recaiem, D. Diogo é antes de mais a convergência de mentalidades, de saberes e de desígnios que ultrapassam os comedimentos evocativos da memória individual e recriam ainda, com oportuno motivo, o tema de uma lição sempre actual.

Antes porém, seria injusto que a presente evocação pudesse olvidar o investigador que, entre tantos, tornou possível o conhecimento e a divulgação contemporânea dos elementos estruturantes da vida e da obra de D. Diogo. Refiro-me naturalmente ao Professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra, o padre Avelino Jesus da Costa, de cujo propósito é para mim gratificante, aqui e agora, dedicar-lhe esta singela homenagem. Ao padre Avelino Jesus da Costa se devem os estudos fundamentais que hoje se afiguram incontornáveis para todos aqueles que desejem desenvolver as investigações sobre a individualidade e a projecção universal de D. Diogo de Sousa.

2. SINOPSE DE UMA VIDA

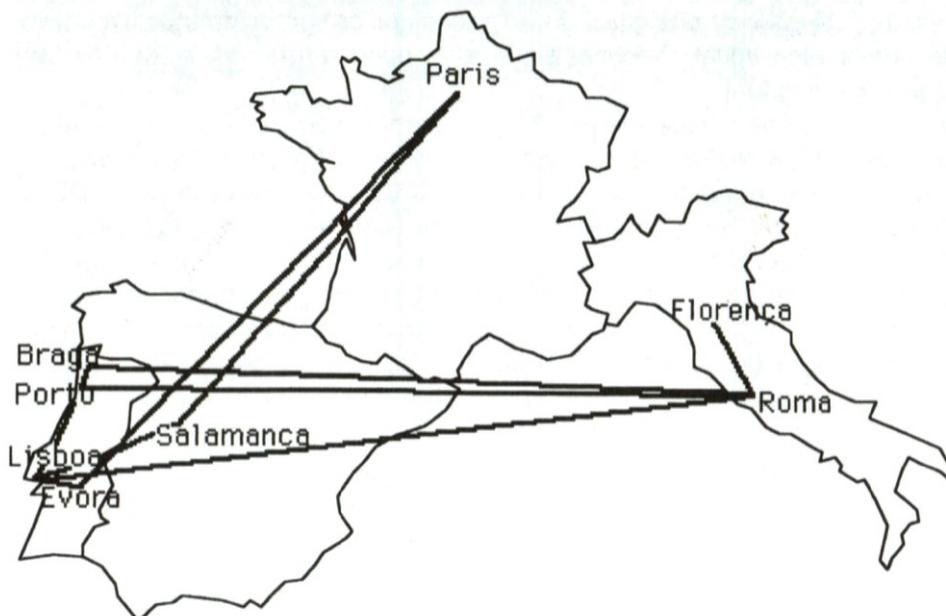
D. Diogo nasceu em Évora¹ no ano 1461, no seio de uma família de condição nobre, sendo seu pai D. João Rodrigues de Vasconcelos e sua mãe D. Branca da Silva, senhorios de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão. No ano seguinte despontará o intrépido Afonso de Albuquerque (1462-1515), futura personificação da universalidade portuguesa e, oito anos depois, o rei D. Manuel (1469-1521), com quem o arcebispo virá a manter estreitas relações pessoais.

Fez os seus estudos preparatórios em Évora, tendo-os prosseguido na Universidade de Lisboa. Aí terá tomado os seus primeiros contactos com algumas das figuras de maior relevo do reino e certamente participado da mundividência da capital do império. A este propósito saliente-se que, em 1473, no sentido de formação de um verdadeiro *escol*, frequentavam o *estudo* de Lisboa 41 *moços*, filhos de nobres e funcionários da corte, todos eles a expensas régias. Daqui passaria a Salamanca onde terá frequentado *canônes*, tendo, seguidamente, cursado teologia em Paris, na mais antiga universidade tutelar deste domínio do saber.

Regressa à pátria, onde seria nomeado cónego da sua cidade natal, tendo, mais tarde, já no reinado de D. João II (1455-1495), que sucedeu a D. Afonso V (1432-1481), sido elevado à dignidade de Deão da Capela Real.

¹ Embora haja quem o dê nado em Figueiró dos Vinhos, certamente devido ao facto de seu pai ser o detentor do respectivo senhorio, bem como de Pedrógão, ambos actualmente pertencentes ao Distrito de Leiria.

ITINERÁRIOS DE D. DIOGO DE SOUSA
(1461-1532)



Fonte: COSTA, Avelino de Jesus da — D. Diogo de Sousa... *Opus. cit.*

Entretanto, em 1493, integra a embaixada de *homenagem e obdiência* que o monarca português presta ao Papa Alexandre VI, tomando assim, pela primeira vez, contacto com as origens difusoras do *renascimento*.

De novo no reino, em 23 de Outubro de 1495 é nomeado bispo do Porto, funções essas que desempenhará ao longo de uma década.

Sensivelmente no final do presente período, em 1505, voltará a ser reclamado para uma nova missão diplomática à *cidade eterna*, desta vez sob os auspícios do rei D. Manuel em embaixada dirigida ao Papa Júlio II. Será a terceira e a última fase da sua vida de *estrangeirado* e certamente a mais marcante e inspiradora da obra que viria a realizar entre nós. Demora-se aí algum tempo e aproveita para visitar além de Roma, a cidade de Florença. Ainda na península Itálica e nesse corrente ano, a 11 de Julho, D. Diogo de Sousa seria designado arcebispo de Braga. Sem demora regressa a Portugal, entrando na *cidade Primaz*, a 22 de Novembro de 1505, após cinco anos de *Sé vacante*, debaixo de grande júbilo. D. Diogo de Sousa tinha então 44 anos de idade.

Nesse mesmo ano, Lisboa é assolada por uma epidemia de origem tifóide que causa numerosas vítimas. D. Francisco de Almeida é nomeado o

primeiro *vice-rei* da Índia e, para deslumbre geral, nunca antes visto, a capital observa um elefante trazido por uma *Armada da Índia*.

Depois de empossado D. Diogo continuará à frente dos destinos da arquidiocese durante vinte e sete anos até que, em 19 de Junho de 1532, segundo rezam as crónicas, perece de um modo repentino.

Não pretendendo ir muito mais além do que uma breve sinopse biográfica, salientaríamos ainda os contactos epistolares que o prelado manteve, as convivências e as alusões à sua figura, patentes na obra de célebres humanistas da época, tais como o poeta Henrique Caiado (1470-1509); Cataldo Áquila Sículo — seu mestre de oratória, e a quem é atribuída a introdução do *humanismo* em Portugal —; André de Resende (1500-1573) e outros.

Verdadeiro homem da sua época, num tempo em que o tempo era português, D. Diogo de Sousa, tomando por palco central a cidade de Braga que fez adoptiva, pretextua um turbilhão de reflexões e uma encruzilhada de saberes universais que vão do cristianismo aos descobrimentos marítimos; da arte ao urbanismo; da história das mentalidades à geografia urbana; do *renascimento* ao mundo contemporâneo.

Entre as diversas heranças que D. Diogo de Sousa nos legou, uma das mais perenes que vale a pena visitar, é, com efeito, a sua obra urbanística. Amplamente divulgada por diversas investigações que a ela se têm dedicado constitui, ainda hoje, em qualquer das ilacções que neste domínio se possam tecer, um marco incontornável para quem deseje compreender a individualidade e a natureza do centro histórico de Braga.

3. O URBANISMO DO RENASCIMENTO

No seu sentido mais amplo, a cidade ocidental do renascimento é ainda e contudo a cidade *medieval*. Como diria Lewis Mumford, que não concebe a sua existência isoladamente, a urbe *renascentista* situa-se na transição da universalidade medieval para a *uniformidade barroca*; entre o localismo de matriz feudal e o centralismo de ambição expansiva, entre a omnipresença de Deus e da sua Igreja e o centralismo absoluto daquele que, mais tarde, virá a ser o *estado nacional*.

A Braga *quinhentista* que hoje aqui nos reúne é ainda a cidade onde coexistem alguns dos elementos marcantes desse processo territorialmente diferenciado, que a Europa irá assistir ao longo de um *continuum* permeado entre o surto urbano dos séculos XII e XIII e o advento da capital *barroca*. Nela subsistiriam os traços antecedentes do seu passado medieval ao mesmo tempo que se passaria a exercer o desejo antevisor de implementar a *disciplina* e a *ordem* urbanas.



FLORENÇA — Século XVI — BRAUN, Georg — *Civitas Orbis Terrarum*

D. Diogo é, entre nós, por assim dizer, o catalizador desse processo de transição. Príncipe de uma *república neoplatónica* — como então poderia ser considerada Braga —, estadista de uma corte que constituía a fronteira do velho continente com as rotas do novo mundo e, ainda, o estrangeirado embuído da mundividência inspiradora das pátrias do *renascimento*, o arcebispo, pelo tempo, e pelo modo, tornar-se-ia providencialmente na figura habilitada para proceder àquilo que ele próprio denominaria ser a refundação de uma cidade.

O *renascimento* urbano como expressão mental de uma elite, desde as suas elementares manifestações, etimologicamente arquitectónicas — diga-se que a cidade *renascentista* durante muito tempo identificar-se-á apenas pela inserção de uma nova arquitectura na malha urbana medieval —, reflectirá inúmeras vezes o perfil contextual das mentalidades e dos desígnios dos príncipes que as governaram. Não nos esqueçamos que D. Diogo calcorreou a imensa Paris, viu Roma, visitou Florença...

Nesta última, certamente não lhe terá passado despercebido que a ideia dominante de cidade, mais do que a sobreposição do novo sobre o velho, se afirma pela superação e não pelo apagamento da urbe anterior. A modernidade afirmante da Florença *quatrocentista* decorreu da restituição da antiguidade que, em boa verdade, nunca perdeu completamente. Nesta cidade, a rua recta não se afiguraria propriamente como um *renascentismo* formal, levando alguns autores a pensar tratar-se apenas de um depuramento quase que orgânico da estrutura pré-existente, onde somente se procedeu ao avivar dos testemunhos ainda visíveis do seu passado romano.

O mesmo se passou em Roma, embora neste caso o insustentável peso da cidade imperial fosse de tal forma inelutável que os testemunhos desse passado, incontornavelmente presentes dentro dos limites da muralha *aureliana*, impusessem permanentemente a contemplação dessa diferença.

Ainda que se possa reconhecer em D. Diogo a personificação *renascentista* do príncipe, o arrojo dos seus propósitos não sugere qualquer indexação explícita ao *maquiavelismo* inspirador do modelo de estadista tão profusamente aplicado no conceito e no ordenamento de muitas das cidades europeias da época. Inevitavelmente a sua acção interferiu com vontades e limites estabelecidos mas, voltando a Mumford, é muito mais razoável admitirmos que, com a sua obra, os bracarenses tivessem antes sentido a mesma sensação que se obtém quando se rasga uma janela num quarto lúgubre e obscurecido.

No plano académico, sondando o que de mais programático transpira da acção de D. Diogo, este é ainda e certamente, pela força das circunstâncias, uma sensibilidade formal pré-vitruviana. Com se sabe, a redescoberta, em 1412, da obra do arquitecto do tempo de *Augusto*, só viria a ser divulgada em 1521, portanto, já depois do arcebispo ter tomado, entre nós, algumas das suas iniciativas mais estruturantes. Por outro lado, a Braga *refundada* que se pretende — e não reedificada como erroneamente poderá sugerir a interpretação literal das *fontes* — ficará aquém dos modelos e dos postulados debatidos no âmbito da *cidade ideal*. *Senda* esta, como se reconhece, tanto influenciaria o levantamento de novas cidades, a reestruturação dos aglomerados humanos com atribuído valor estratégico e, sobretudo, a criação dos assentamentos urbanos coloniais no *Novo Mundo*.

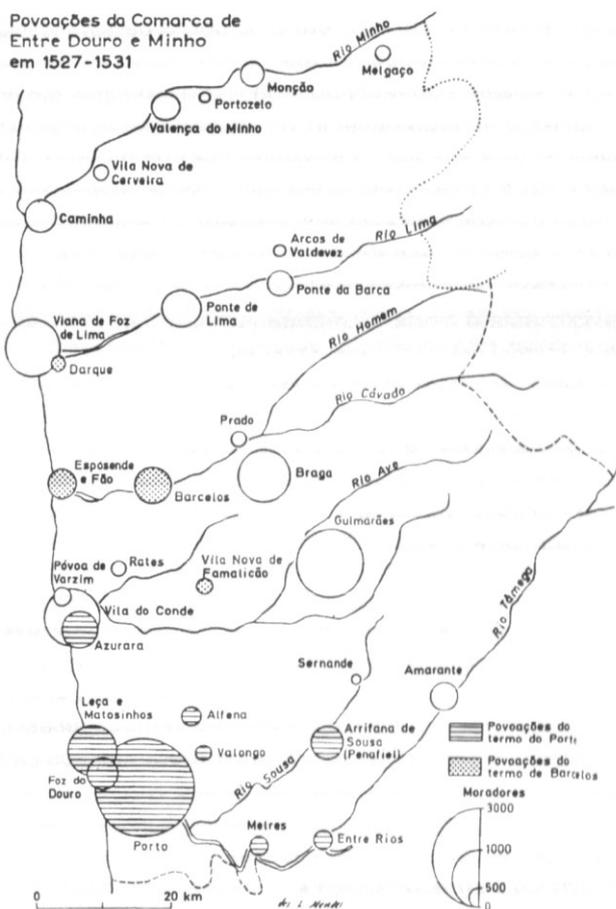
Na verdade, o crescimento radioconcêntrico de Braga, ainda que reordenado pela imposição da estrutura estrelar dos seus campos *renascentistas*, não impediria a consolidação da forma urbana aracnídea, zoomorficamente ainda vislumbrada por Senna Freitas em finais do século XIX².

4. O CONTEXTO HIERÁRQUICO DE BRAGA NA REDE URBANA QUINHENTISTA

Que posição ocupava esta cidade no Portugal e na Europa de então? Que transformações sofreu no tempo de D. Diogo de Sousa? E que imagens estruturais subsistem hoje desse passado?

Braga no século XVI, como em geral a maior parte dos centros urbanos desprovidos de frente ribeirinha, havia já drenado muito do seu protagonismo demográfico, económico e financeiro para as cidades portuárias e vilas piscatórias do litoral que prosperavam com a saga das viagens marítimas de longo curso. O localismo medieval via-se assim superado pela ascendência predominante da circulação e dos contactos a grande distância.

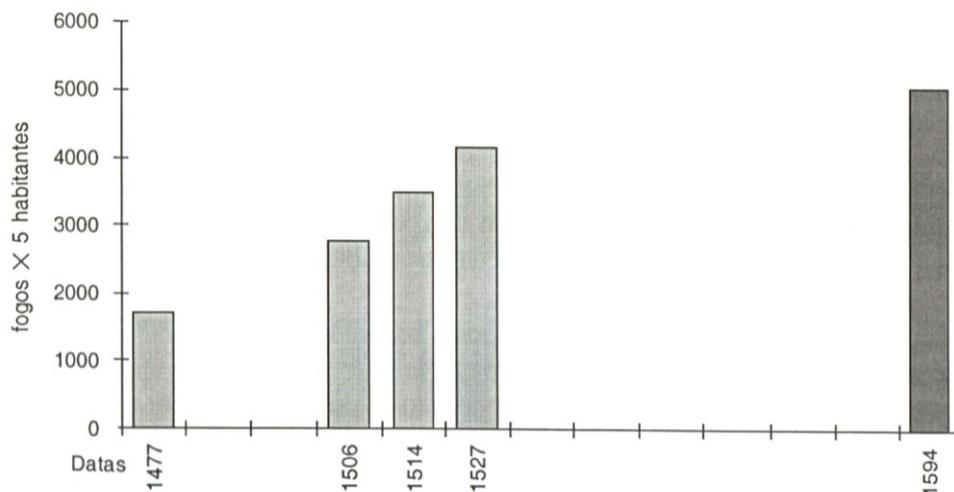
² Senna Freitas, B. J. — *Memórias de Braga*, Braga 1890, Tomo I, p. 23.



Extraído de: GALEGO, J. e DAVEAU, S. — «O Numeramento de 1527-1532»... *Opus. cit.*
Mapa desenhado por L. Mendes

De acordo com o *numeramento* mandado realizar pelo rei D. João III (1502-1557) em 1527, sendo Braga uma das duas únicas cidades do *Entre-Douro e Minho* (a outra era o Porto), ocupava apenas o quinto posto no contexto demográfico dos aglomerados existentes, atrás de Guimarães (a segunda em dimensão) e de Vila do Conde e Viana do Castelo (então *Vianna da Foz do Lyma*). Estas duas últimas, inclusivé, a propósito da sua prosperidade e decorrentemente da exposição às acções de pirataria, justificariam que, no reinado de D. João II, viessem a ser dotadas com novas muralhas defensivas.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA CIDADE DE BRAGA
(1477-1594)



Todavia, à margem do protagonismo litoral, o crescimento da população urbana de Braga manter-se-ia uma constante, vindo inclusivamente já a manifestar as suas antecedências, ainda e segundo J. Marques, desde meados do século XV. De acordo com o mesmo historiador, a população urbana de Braga, em 1477, rondaria os 1745 habitantes, tendo aproximadamente dobrado este valor em 1514. Passados 13 anos o seu cômputo elevar-se-á às 4240 *almas* e, finalmente, recorrendo à gravura de *Braunio*, embora ressalvando as fragilidades e limitações que a própria *fonte* encerra, será ainda assim possível admitirmos que Braga tenha chegado aos finais do século XVI com cerca de 5 mil habitantes. Tal cálculo permite-nos conjecturar que a população urbana de Braga, durante o século XVI, terá quase triplicado o seu valor.

	1477	1493	1506 *	1514	1527	1594 **
Braga + termo	3400	5500	6610	8045	9695	
cidade	1745		2830	3575	4240?	5090
termo	1715		3780	4470	5455?	

Fonte: MARQUES, José — *Braga medieval... opus. cit.*, p. 53.

* COSTA, Avelino Jesus da — *D. Diogo... opus. cit.*, p. 47.

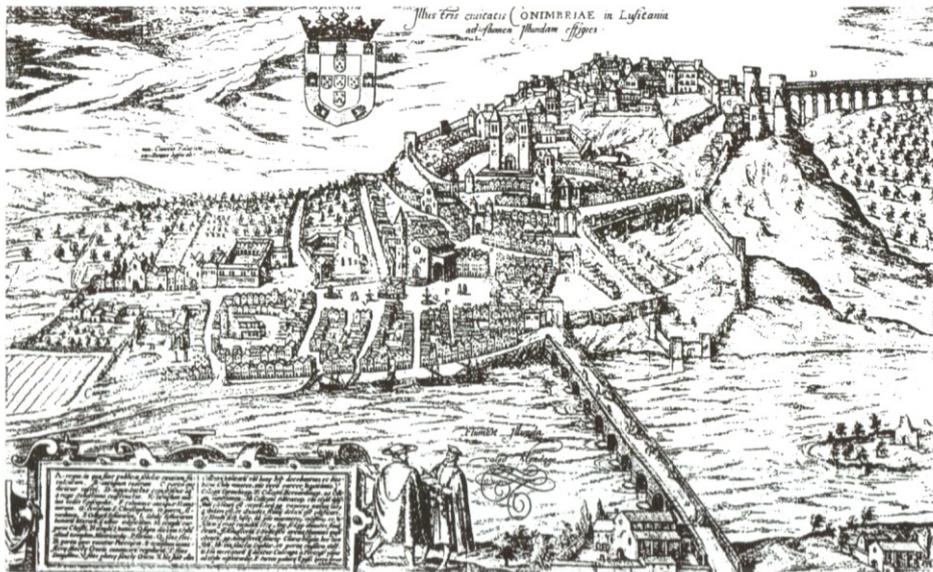
** Valores contabilizados a partir da gravura de G. Braun.

No plano do povoamento, o estudo efectuado por J. Galego e S. Daveau sob os dados de *numeramento*, possibilita-nos, à escala regional, apreciar a distinção entre a população que vivia em *casais apartados* da que se circunscrevia aos denominados *lugares juntos*. Isto é, permite-nos identificar que, embora Braga fosse uma unidade administrativa do referido censo, maioritariamente *dipersa* no conjunto população ($\pm 56,3\%$) — não enjeitando por conseguinte as características já então dominantes do âmbito regional onde se inseria — ainda assim, dispunha de um significativo índice de população *concentrada*, pelo que, debaixo deste critério e ao nível das suas semelhantes, seria somente ultrapassada pelos centros congéneres de Viana e Vila do Conde.

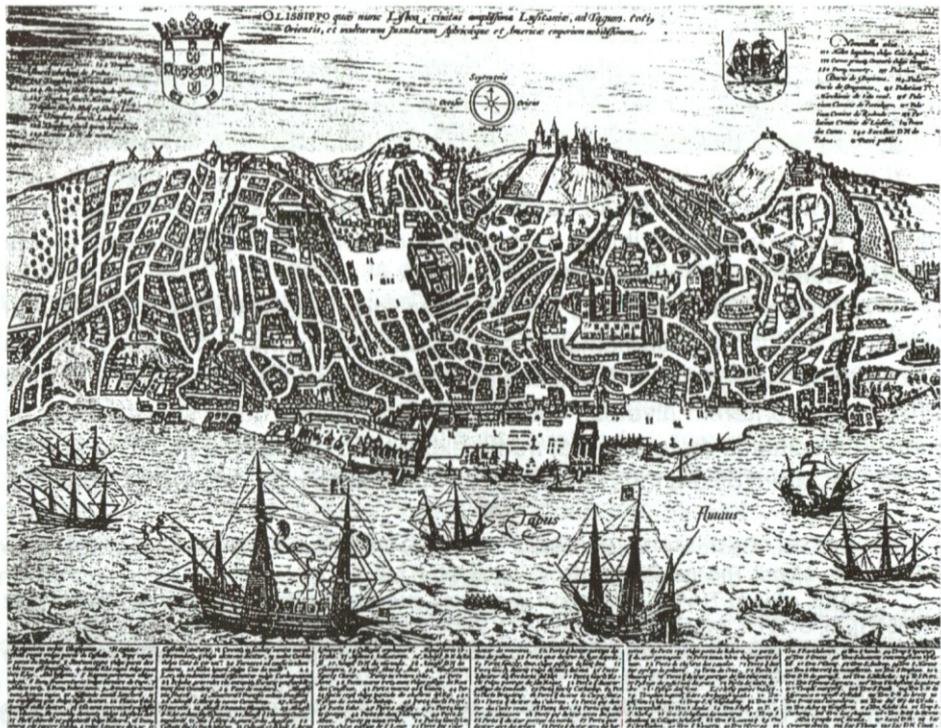
É certo que, mesmo à luz da época, os critérios demográficos para se conceber Braga como uma cidade de pleno critério não serão de todo em todo pacíficos. Para Orlando Ribeiro, o limite mínimo para a consideração de tal estatuto deveria situar-se entre os 2 mil a 2 mil e quinhentos habitantes, todavia, Magalhães Godinho aponta para os 4 mil, senão mesmo mais. Por outro lado, não nos esqueçamos que Lamego e Viseu, sendo já então inequivocamente consideradas de cidades, no entanto não atingiam sequer os 2 mil e quinhentos habitantes. Como acrescenta Jorge Gaspar, há todavia que considerar igualmente o peso das instituições públicas, pelo que, de acordo com este critério de classificação, Braga seria, sem margem para dúvidas, uma cidade no sentido pleno do termo. Mais não bastasse, lembraríamos somente que, com D. Diogo de Sousa, a cidade atingiria a máxima amplitude da sua área de influência arquiépiscopal. Em 1512, com a incorporação das terras de *Entre Minho e Lima*, elevar-se-ia a sede de um senhorio eclesial que, hoje em dia, excluído o território do *Baixo Douro*, corresponderia à área aproximada da *Região Norte*.

Apesar da importância qualitativa que Braga então detém, esta não deixaria no entanto de constituir uma pequena urbe. No século XVI, em toda a Europa existiam 14 cidades que atingiam os 100 mil habitantes. Lisboa foi uma delas. Entretanto outros centros urbanos, que hoje se equiparariam à dimensão de Braga na rede urbana nacional, mostravam já possuir concentrações proporcionalmente bem mais populosas.

O Porto de 1527 terá tido cerca de 15 mil habitantes; e, Coimbra com mais de 6 mil e seiscentos, teria cinquenta anos depois atingido os 10 mil habitantes. Mesmo assim, Évora e Santarém, só para citar duas daquelas cidades que hoje detêm a similitude administrativa de Braga, auferiam, respectivamente, cerca de 14 mil e 9 mil e novecentos habitantes.



COIMBRA - Século XVI — BRAUN, Georg — Civitatus Orbis Terrarum



LISBOA - Século XVI — BRAUN, Georg — Civitatus Orbis Terrarum

5. A CIDADE DE BRAGA

A perspectiva da cidade de Braga do século XVI que em seguida vos passaremos a apresentar, sendo indiscutivelmente moldada pela obra de D. Diogo de Sousa, decorre de uma leitura geográfica obtida pelo recurso a três fontes fundamentais:

- dos elementos extraídos da célebre gravura *quinhentista* da urbe, inserta no primeiro atlas urbano conhecido — *Civitates Urbium Terrarum*³;
- do rol das obras atribuídas a D. Diogo de Sousa, inventariadas retrospectivamente pelo seu secretário, o cónego Tristão Luiz, falecido nesta cidade no ano de 1565⁴; e, ainda,
- dos *prazos urbanos do Cabido da Sé de Braga*⁵, celebrados no decorrer da prelatura de D. Diogo.

O cruzamento destas *fontes* permitiu-nos analisar, ainda que no geral, as grandes estruturas da morfologia urbana e indagar alguns dos traços socio-funcionais caracterizadores da cidade de então.

A *planta* de Braunio, tal como redutoramente tem vindo a ser denominada, corresponde a uma gravura de Braga, sucessivamente reeditada até à segunda década do século XVII e que nos testemunha, com particular detalhe, a urbivisão geral da cidade modelada por D. Diogo. Hoje sabe-se que esta *vista geral* da cidade não foi levantada pelo coordenador do aludido *atlas* — aliás como aconteceu para a maior parte das cidades ibéricas que nele figuram — sendo a sua execução atribuída a um tal Manoel Barbosa⁶. Embora esta é uma questão que continua ainda em aberto.

A leitura pormenorizada da presente gravura, além de nos elucidar acerca da estrutura fundamental do espaço urbano *quinhentista*, não sendo um instrumento cartográfico no conceito contemporâneo do termo, tem a virtude de nela despontarem diversas coberturas visuais, nas quais sobressaiem os principais edifícios de referência, numa expressão gráfica tão usual na época; se manifestarem os grandes volumes e as massas do edificado em perspectiva;

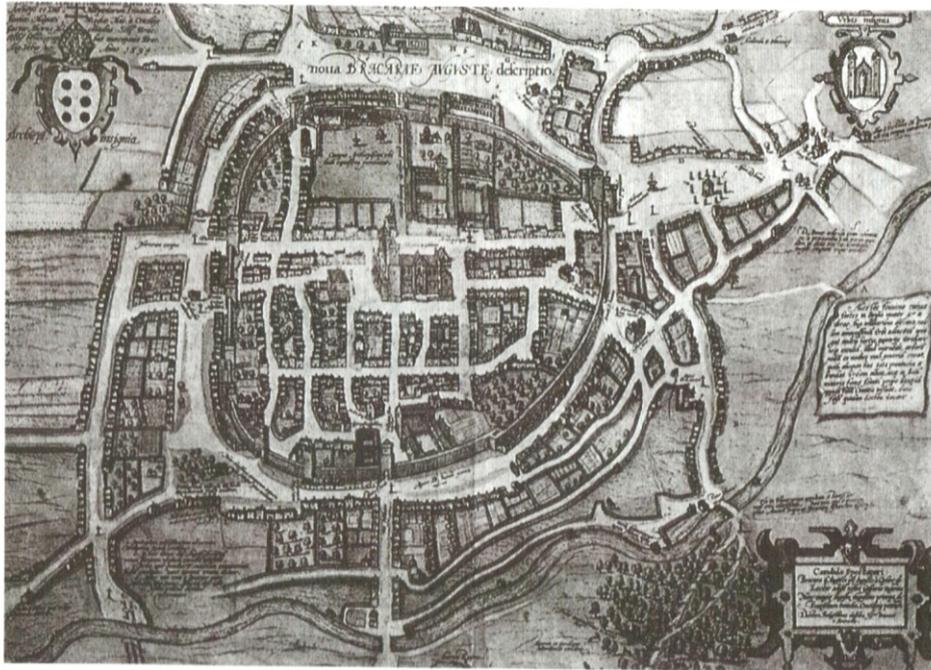
³ BRAUN, Georg — *Nova Bracara defcriptio*, in *Civitates Urbium Terrarum, Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto*, Kholn, circa, pl. n.º 3.

⁴ LUÍS, cónego Tristão — *Memorial das Obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa* [1532 a 1565(?)], in COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa... opus cit.*, Doc. n.º 19, pp. 98-117.

⁵ *Índices dos Prazos das Casas do Cabido da Sé de Braga*, colect. in *Mapa das Ruas de Braga*, 1750, ADB/IBM, Vol. II.

⁶ Vid. DIAS, João José Alves — *Lisboa Medieval na Iconografia do Século XVI*, in *Actas das Jornadas de História Medieval (1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV e XV)*; Lisboa, *História e Crítica*, 1985, pp. 239-244.

«NOUA BRACARAE AUGUSTE DESCRIPTIO»
1594



BRAGA - Século XVI — In BRAUN, Georg — *Civitates Orbis Terrarum*

os espaços interiores privados; as estruturas defensivas; a articulação entre os espaços livres e os construídos; se representarem ainda as vias de acesso e os seus arrabaldes; a toponímia; a vegetação e os monumentos, etc. Pelo que o seu valor iconográfico e documental é de todo em todo incontestável.

O enquadramento que subjaz ao tipo de projecção exibida, ao contrário de outras perspectivas então habitualmente praticadas, tem o dom de condicionar o seu autor à acentuação de uma reconstituição tridimensional, indutora de maior consideração pelos elementos individualizadores. Por exemplo, se é certo que a representação das edificações pode ser meramente simbólica, o critério cuidadoso empregue em salientar as linhas de empeno e em distinguir o nivelamento das coberturas do edificado, não exclue a possibilidade de poder considerar a manifestação de uma hipotética insinuação protocadastral. A observação da imagem permite-nos proceder ao levantamento de cerca de 1018 casas, isto não contando com as edificações institucionais e os templos religiosos. O presente valor, embora sendo capaz de suscitar pertinentes e

legítimas reservas, é ainda e contudo perfeitamente admissível se tomarmos em linha de conta que a projecção se adequa aos ritmos demográficos anteriormente expostos. Nesta perspectiva, será de aceitar que a cidade de Braunio se configurava ainda como um pólo concentracionário, onde, numa acepção relativa, se pode conjecturar que 61,6% da população vivia ainda intramuros.

6. AS OBRAS URBANAS DE D. DIOGO DE SOUSA (1505-1532)

A obra urbana de D. Diogo é em si suficientemente rica e diversa para que uma evocação sobre a personalidade e a sua época possam ser devidamente avaliadas, ainda que o sejam pela sua exclusiva consideração. À luz dos critérios actuais, e somente no âmbito civil, a intervenção coordenada pelo antístite iria estender-se desde a abertura e rectificação de diversas infraestruturas viárias, da implementação de novos equipamentos colectivos, passando pelo abastecimento de águas até à dotação dos espaços públicos, com os mesmos elementos que, hoje em dia, tomaríamos por paralelo no *mobiliário urbano*.

Plenamente consciente da dimensão e do alcance da obra, o próprio D. Diogo afirmaria, já nos últimos anos da sua vida, sustentado no exemplo referencial do que *Octaviano* fizera por Roma, também ele, tendo achado a cidade *de barro e sem templos nem gente nem edifícios (...) agora a [tinha] feita assim de edifícios públicos como privados, «com acrescentamento de muito povo e número de mercadores e trato e oficiais das melhores cousas do reino»*⁷.

6.1. As infraestruturas viárias

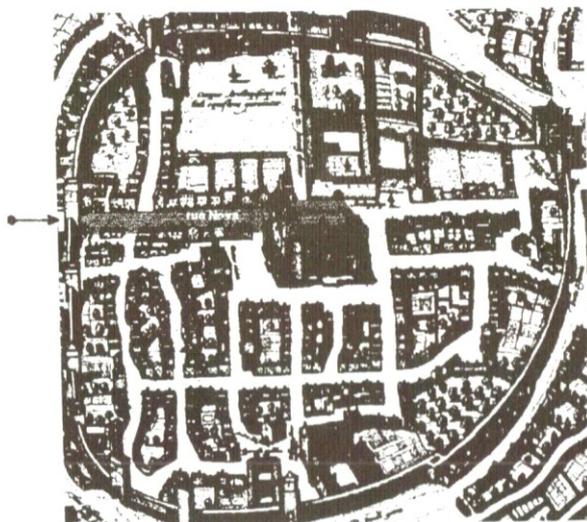
É contudo o plano das infraestruturas viárias aquele que, sem qualquer reserva, melhor nos revela a natureza e a energia da sua intervenção, quer pela perenidade da concepção dos novos espaços, desde logo conquistada, e que, ainda hoje, detêm um papel chave na estruturação da cidade contemporânea, quer, muito particularmente, porque a magnitude dos resultados expressa claramente uma das facetas do seu ideário de *príncipe renascentista*.

O destaque vai precisamente para a abertura e pavimentação da rua *Nova*, a qual hoje merecidamente ostenta o seu nome, e que o arcebispo *fez novamente (...) da fonte de Sam Geraldo ata porta de Sousa a qual era de chão cerrado e quintais*⁸. Trata-se de uma via direita que prolongava o alinhamento

⁷ COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa... opus. cit.*, p. 41.

⁸ *Título das obras que o dito senhor Arcebispo fez na cidade dos muros adentro*, vid. Doc. n.º 19, in COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa... opus. cit.*, p. 112.

PORMENOR DA RUA NOVA

BRAGA - Século XVI — BRAUN, Georg — *Civitatis Orbis Terrarum*

pré-existente da rua do Souto até desembocar na nova porta, mandada rasgar para o efeito, no ano de 1512⁹, no *pano* amuralhado.

De acordo com os critérios expostos por A. E. J. Morris, o presente projecto pode muito bem constituir a aplicação em Braga de um dos três *componentes fundamentais do planeamento urbanístico renascentista* — a *rua principal rectilínea*¹⁰.

Com efeito, seria durante o século XVI que se viria a generalizar o tráfego rodado dentro das cidades, mercê do seu desenvolvimento económico, mas também da introdução de técnicas efectuadas no sistema de rolagem dos carros¹¹, pelo que esta verdadeira inovação urbana da época teria por principal função *facilitar a mobilidade* e a ligação entre as partes extremas da urbe.

O conceito de rua recta antecede a ideia da uniformidade urbana do *Barroco*, contudo não chegaria a exteriorizar a rigidez e até uma certa opressão que o seu modelo matricial de 1470, a via *Nuova* em Génova, de Galeazzo

⁹ Existiria uma lápide sobre o arco da *porta nova* que foi retirada com o novo arranjo de 1778 (cf. *Memórias...* do Dr. Inácio J. Peixoto) contendo uma epígrafe que rezaria assim: *Hanc portam, fontem ac viam fecit didacus de Sousa (...) anno dñi 1512*, in FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales...* *opus. cit.*, Tomo II, p. 393.

¹⁰ MORRIS, A. E. J. — *Historia de la forma urbana...* *opus. cit.*, pp. 176/180.

¹¹ Lewis Mumford (1961) refere-se à introdução da quinta roda como elemento facilitador de manobra, representando um avanço na circulação.

Alessi, iria imprimir como modelo figurativo em toda a Europa. Cinco anos mais tarde o rei Ferrante de Nápoles, antecipando quase em quatrocentos anos o barão Haussman, em Paris, acrescentaria uma outra utilidade ao conceito, ao considerar as ruas estreitas, antes de mais, como um perigo para a segurança do Estado.

Por seu turno, a recuperação demográfica subsequente às pestes tornaria igualmente intolerável a malha medieval tortuosa e estranguladora da circulação. Só durante o primeiro quartel do século XVI registrar-se-iam, em Portugal, sete períodos de epidemias e fomes, tendo o flagelo de 1527 dizimado mais de 20% da população de Chaves ¹².

Em Portugal, como nos recorda Tereza B. Salgueiro (1992), a via rectilínea tinha porém já desde o reinado de D. Dinis (1261-1325) ¹³ os seus antecedentes, de que é exemplo a abertura da rua *Nova dos Mercadores (ou dos Ferros)* em Lisboa. A partir de então esta via adquiriu um crescente protagonismo na dinâmica urbana da capital, bem ilustrado no comentário que, em meados do século XVI, o humanista português Damião de Góis, a seu propósito, referiu, caracterizando-a pela sua *grande animação de povos de diferentes rotas*. Mais a Norte, o Porto *quinhentista* será marcado pela abertura da rua de *Santa Catarina de Froles* (a actual *rua das Flores*) concebida, com o empenho pessoal do rei D. Manuel, para ligar o largo de *S. Domingos* ao convento de *S. Bento da Avé Maria*. Finalmente, também a cidade de Coimbra não passaria à margem da inovação urbana. Ainda que mais tardia, a urbe universitária seria bafejada com a abertura da famosa rua da *Sofia*, configurando-se como o arruamento mais amplo que o país dispôs até ao século XVIII.

No caso de Braga, a rua *Nova de Sousa* não constituiria contudo um projecto isolado neste domínio, pois integrou o contexto programático de estruturação de todo um conjunto de novos espaços com ela articulados. Entre eles, o destaque vai para a abertura de três pequenas praças no seu enfiamento, todas situáveis na vertente Sul, cujos primeiros trabalhos implicariam o terraplanamento, a pavimentação e a dotação de degraus concordantes com o leito da via. São eles:

- a praceta na face Nordeste da Sé, entre a capela de S. Gonçalo e a fonte de S. Geraldo (actual Largo D. João Peculiar);
- no outro extremo da via, junto à *porta nova*, a *pracinha do mercado do peixe* (actual *praça velha*);

¹² GALEGO, Júlia e Daveau, Suzanne — *O Numeramento de 1527-1532* — *opus. cit.*, p. 21.

¹³ Isto somente para não mencionar as evidências do urbanismo romano que, embora se encontrassem muito dissimuladas, inclusive em Braga, manteriam a sua expressividade estruturante.

- um pouco a poente da primeira, no mesmo alçado, a configuração geométrica do embutido de casas no complexo edificado da Sé, moldado pela planta da Misericórdia, sugere a existência de um pequeno alargamento regular, hoje já desaparecido, muito admissivelmente destinado a albergar os antigos açougues.

Dentro do mesmo sector de intervenção, D. Diogo mandaria abrir a *travessa da rua de Sousa* (antiga rua dos *Açougues Velhos*¹⁴ e actual rua do *Cabido*) a qual dantes era cerrada e nom avia hy *serventia*, estabelecendo assim uma conexão estratégica, procedente de Norte, de ligação directa à frontaria da Sé Catedral. Tornando-se assim num lugar de passagem obrigatória de todos os préstitos públicos cerimoniais.

Como qualquer outro Arcebispo, D. Diogo não enjeitará o significado tutelar do Templo primacial que, não só virá a dotar com cruciais e determinantes melhoramentos, nas dimensões intrínsecas do próprio templo, como também, assim deverá ser salientado no âmbito do plano hermenêutico que prosseguimos, não descuidará o papel de Sé enquanto núcleo gerador de intervenções viárias, desenvolvidas a partir da sua posição central. Deste modo, a Sé Catedral de Braga constituiu também, na sua dimensão exógena, um dos pólos chave das iniciativas de renovação urbana da cidade de Braga *quinhentista*.

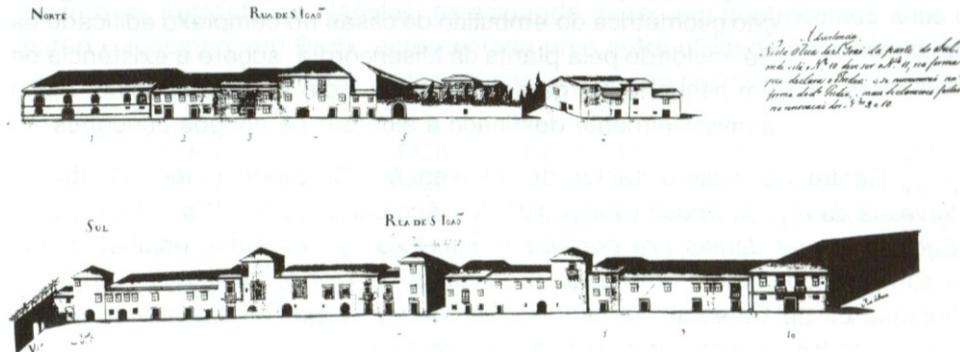
Quanto ao presumível *parvis* medieval, fronteiro à fachada da catedral (*Praça dante a See*, depois *Praça do Pão*¹⁵), onde *avia hy hũa camara da cidade antiga* — na desembocadura da rua de *Maximinos* — seria então, por força das obras de *reestruturação* do edifício da câmara que implicariam o seu recuo para poente, objecto de uma rectificação do perímetro, a qual, poder-se-á admitir, teria comportado a duplicação da área da praça fronteira à fachada da Sé. Porém, se no caso da *praça do Pão* a reconstituição da operação se afigura mais complexa, com o alargamento da rua de *Maximinos* e dos *Burgueses* (segmento da actual rua *D. Paio Mendes*) que lhe dava *serventia*, sabe-se inequivocamente que esta foi objecto de uma incisiva rectificação de alinhamento. Antes, *era estreita e alta de lugares, que so se via a See junto a esta*.

Com a mesma finalidade, *alargou e endireitou* a até então denominada rua *Nova* (actual tramo Norte da rua *Frei Caetano Brandão*), cujo topónimo vigorou até à abertura da rua *D. Diogo de Sousa* e que, segundo reza a crónica, *era muito mais estereita e mais torta que a de Meiximinos*. A propósito, saliente-se que esta rua assumia vital importância no sistema de circulação interna então existente, na medida em que estabelecia o único contacto meridiano *intramuros*, pela *porta de S. Francisco*, com os quadrantes a Norte da cidade.

¹⁴ Vid., *Mappa das Ruas de Braga* — 1750, Arq. Dist. de Braga — UM, ms.

¹⁵ *Ibid.*

RUA DE S. JOÃO



Fonte: «Mapa das Ruas de Braga» - 1750 — Ms. ADB.

No lado poente da catedral, D. Diogo mandaria abrir, também rectilínea, a rua de *Sam João*, tendo para o efeito *comp[ri]ado* *muitas casas acerqua da See para fazer a dita rua e quintais atrás delas porque tudo era cerrado de casas e quintais e nom avia hy rua nenhua*, excepto a travessa que se desenvolvia de *Santiago*. Tal como fizera com a *rua nova*, também no ano de 1512¹⁶, mandaria alargar a *porta de S. Marcos* (mais tarde rebaptizada *por postigo de S. João*), já existente desde meados do século XII¹⁷ e que, ao contrário das demais, não dispunha de torre ameada ou bastião de flanco.

Fora de portas a cidade crescia organicamente sob o alinhamento das principais vias que a demandavam. D. Diogo teria neste domínio programado uma das intervenções mais assinaláveis de todo o seu labor urbanístico e que corresponde à aplicação em Braga, segundo o mesmo critério de Morris anteriormente aduzido, de um outro elemento fundamental do desenho urbano *renascentista* — *os recintos espaciais*.

Quando em anterior trabalho afirmámos que D. Diogo de Sousa dotou Braga com um *Anel de Campos* interligados¹⁸, já então fizemos referência ao movimento de criação de novos espaços públicos e ruas conexas entre eles, tão bem expressos em muitas das cidades europeias de então.

Além dos arrabaldes existentes, as vastas zonas circuitadoras da muralha *medieval* de Braga dispunham do necessário desafogo imprescindível à sua

¹⁶ A avaliar por uma lápide que aí existiria, explicitando *dizeres* semelhantes aos da *Porta Nova* — *Hanc portam et viam (...) fecit didacus de Sousa (...) anno dñi 1512*, in FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales...* opus. cit., p. 394.

¹⁷ *Juxta muros ipsius civitatis ad portam orientalem*, in FEIO, Alberto — *Coisas Memoráveis de Braga* — p. 107.

¹⁸ BANDEIRA, Miguel Melo — *O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII...* opus. cit., pp. 127/131.

função defensiva, sendo então ocupadas maioritariamente por *vinhedos e semeaduras*. Ao contrário do que se afirma, estamos em crer que, com esta medida, D. Diogo enveredou mais por uma política de ordenamento da envolvente livre exterior à muralha do que propriamente tenha procedido à desvas-tação de um suposto edificado espontâneo pré-existente. A ausência de qual-quer menção a programas de expropriações, ou referência à aquisição de casas, é todavia compaginável com o vazio exterior às muralhas que se pode observar nas imagens urbanas veiculadas pelo coevo livro de *Duarte d'Armas*.

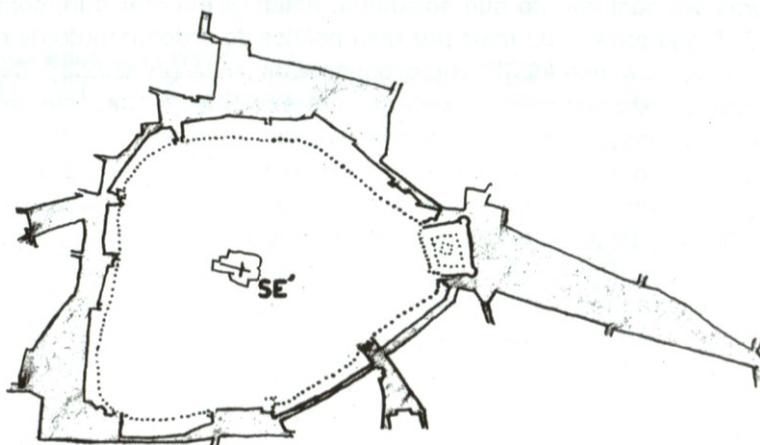
Quanto aos arruamentos de ligação entre as praças então definidas, tal como a gravura de Braunio o demonstra, são ainda mais amplas do que a imagem contemporânea nos evidencia, pois em muitos destes espaços públi-cos não existiam ainda construções adossadas ao *pano* exterior da muralha, ou então, nos casos em que havia, estas não dispunham dos logradouros que hoje patenteiam. Veja-se a título exemplificativo os casos das ruas do *Alcaide*, (alçado Norte); *Campo de Santiago*, desprovido ainda da ala do *Colégio de Santiago*; a rua do *Anjo*, a rua de *S. Marcos* (alçado Norte) e, finalmente, a rua *Fonte da Cárcova* (alçado Sul) (actual rua dos *Capelistas*).

Para analisar o presente circuito começemos pelo *resio de Sant'Anna* (actual *Praça da República e Avenida Central*), um amplo campo mandado rasgar a norte da *corredoura* — *uma estrada assaz estreita (...) entre as casas que agora estão feitas e as vinhas — o qual era todo cheio de [ramadas] e [de]arbores (...) saindo da Porta do Souto (...) atta o padrão onde estaa hua cruz acerqua de Nossa Senhora a Branca*. A nova praça, que se estendia fronteira ao castelo com mais de 100 mts de secção, afunilava para nascente, em cujo limite Norte desenhava a menor cota do interflúvio da elevação de Guadalupe. Nesse ponto, antes de voltar a alargar no *terreiro e paul* da *Senhora a Branca* até prefazer uma extensão total de mais de 500 mts, desen-volvia-se para Norte uma ramificação sinuosa do tipo *cangosta* até ao *arrabalde de cima — S. Vicente —*, trilhando o alinhamento que hoje se poderá atribuir à rua do *Sardoal*.

Seguindo a muralha por Sul, *D. Diogo (...) fez a rua de Sam Marcos*, permitindo ligar o campo anterior a um outro, que lhe é igualmente imputável, por ter comprado *hum recio (...) atee a fonte, o qual era todo cheio de vinhas e não havia passagem para baixo*. Este espaço viria a chamar-se *recio da porta de Sam Marco* (depois largo dos *Remédios* e hoje *Carlos Amarante*).

O dito rossio passaria a aglutinar o cruzamento de dois eixos de circula-ção perpendiculares, recentrando assim para Sudeste a passagem obrigatória de alguns dos trajectos principais da cidade. Por um lado temos a ligação ao *campo de Santiago*, a poente, que era feita através da rua do *Anjo*, e de cujo alinhamento não há referência nas *fontes* que possam atribuir a paternidade

«O ANEL DE CAMPOS»



projectiva ao Prelado, mas que todavia se insere claramente na estrutura considerada. Por outro, temos o *caminho da porta e recio do Hospital de Sam Marco* que estabelece uma ligação directa entre as traseiras da Sé, passando pela porta de *S. João*, indo desembocar em diagonal à rua da *Ponte* e que, então, já definia o itinerário em direcção a Guimarães. O trajecto entre o *Hospital de S. Marcos* e o ponto de encontro com a rua da *Ponte*, o qual *caminho nunca fora aberto e era cerrado de vinhas e ortas*¹⁹, veio a dar origem à recém aberta rua dos *Granginhos*, hoje já parcialmente desaparecida, e que viria a configurar-se como o eixo de circulação privilegiado deste quadrante, usufruindo inclusive a classificação de *estrada-rua* até ao início do século XX.

Prosseguindo o presente itinerário mental, chegados que somos ao *campo de Santiago* e perspectivando a rua do *Alcaide* que orienta a prossecução do circuito, embora também não dispunhamos de indicações que nos revelam terem sido produto da referente prelatura, encontramos-nos insertos na mesma lógica urbana do conjunto. A este propósito há contudo que relevar o facto de recentes escavações arqueológicas convergirem no sentido de fundamentar a ancestral antecedência da estrutura viária destes espaços públicos. As hipóteses apontam para a possibilidade de aí ter estado instalado o *decumanus* augustano.

¹⁹ A crónica faz uma alusão à existência da cangosta da Palmatória (*caminho muito estreito por onde não passava besta*), extinta na segunda metade do século XIX, aquando da abertura da rua do *Raio* — seria então a única conexão entre o local do Hospital e a rua das *Águas*, antes da abertura da rua dos *Granginhos*.

Percorridos os topónimos citados, depara-se o *campo de S. Sebastião das Carvalheiras* (parcela do actual largo *Paulo Orósio*), onde a memória expressa na gravura de *Braunio* relaciona a sua amplitude e configuração com a condição de aí ter assentado o antigo *Forum* romano. Ainda assim, *D. Diogo alargou muito o recio* [das *Carvalheiras* na parte] *que estaa antre S. Miguel e Sam Sebastião*, pelo que se pode depreender que o desafogo hoje existente sugere uma rectificação de alinhamento certamente ordenada debaixo da projecção para Norte da secção do campo de *S. Sebastião*. No entanto, é possível admitir que esta intervenção tenha comportado duas fases. A documentação disponível assim o indicia, ao referir que o trecho da *igreja de S. Miguel*, em frente à porta da *N.ª S.ª da Ajuda*, (...) *não era senão um caminho estreito* [somente antr'elle e o muro] *o qual chão he tamanho que se fazem agora casas da banda* do dito templo. Sabe-se, porém, que *D. Diogo comprou todo o chão* [que era todo tapado e cemeado e fez delle um rocio] *entre Sam Miguel e a Porta d'Sousa*.

Alcançado o extremo oposto, deparamos com o *terreiro à saída da Porta Nova* (actual *Campo das Hortas*), estabelecido segundo a nova abertura da muralha e que demarcaria o limite do dito anel a poente do perímetro intramuros. Desde então, o dito largo disputaria a polaridade com o *Campo de Sant'Anna*, situado no extremo oposto. Nem a chegada do caminho de ferro a Braga no ano de 1875, que adicionaria a funcionalidade à monumentalidade *clássica* do Arco da *Porta Nova*, alguma vez rivalizaria com a centralidade conquistada pela *Arcada*.

Torneando, para Norte, levantam-se de novo algumas questões quanto à origem da *ronda dos Biscainhos*. Pese o facto do topónimo não oferecer qualquer dúvida quanto à datação coetânea do tempo de D. Diogo²⁰, por se relacionar com a presença dos artistas procedentes dessa região ibérica que vieram trabalhar para o arcebispo, o arruamento, em meados do século XVIII, ainda não dispunha de um traçado regular no seu alçado Noroeste.

Por fim, ao completar o circuito, assomamos ao *Campo da Vinha*, essa imensa praça que originariamente ultrapassava os seus cerca de 23.400 m² que usufrui actualmente. Lembremo-nos que então ainda não existiam as afectações derivadas da construção dos vastos complexos conventuais do *Pópulo*, do *Salvador* e seminário de *S. Pedro*, respectivamente a poente, a Norte e a Sul deste espaço público.

A criação da praça, conforme nos participa J. A. Ferreira, tem os seus antecedentes na prelatura do Cardeal arcebispo, *D. Jorge da Costa* (1501-1505), antecessor de D. Diogo que, a pretexto de recompensar os altos

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos Bracarenses, 1 - As alterações toponímicas...* opus. cit., p. 126.

serviços do *alcaide-mor* do castelo de Braga, Afonso da Costa, durante a prelatura de seu irmão e antecessor, tomaria como primeiro acto administrativo do exercício das suas funções, em 13/6/1502²¹, de emprazar a *vinha de Santa Eufémia*. Após algumas vicissitudes que levariam à confirmação do acto dois anos depois, D. Diogo, em 6/7/1508, permutaria os ditos vinhedos com o mesmo pretendente e sua mulher, Beatriz Ana Veloso, pela quinta do *paço de Ançariz*, em Escudeiros, mandando nele fazer um *rocio público*. Deste modo surgiu aquela que, em tempos, foi a maior praça da cidade de Braga.

6.2. O abastecimento de água

No que concerne às *infraestruturas de abastecimento de água*, temos antes de mais de considerar que o sistema de então se baseava fundamentalmente na existência de diversos fontenários públicos e privados, bem como no acesso a diversos pontos de água, tais como nascentes e poços, que se encontravam distribuídos pela cidade. Pese o facto da preciosa linfa se afigurar abundantemente generosa na cidade de Braga, as preocupações de D. Diogo neste domínio não deixariam de espelhar o crescente empenhamento que os *príncipes* mais esclarecidos votavam a esta questão. Daí se compreenda que o arcebispo, ao dotar a cidade com uma nova rede de fontenários, além de promover o melhoramento com inequívoco sentido utilitário, inscrevesse também, tanto ao gosto clássico, uma finalidade monumental e simbólica. Deste modo, o levantamento das novas fontes, na generalidade dos casos, descritas na sua maior parte por possuírem peitoril e ameias, adicionavam também trabalhos de *arranjo* das suas envolventes.

De retorno ao eixo estruturante da rua *Nova*, D. Diogo edificaria, nos pontos extremos desta via, a *fonte de Sousa*²² e repararia a fonte de *S. Geraldo*²³. Note-se porém que, além de dotar os fontenários com obras de regularização e calçada — destinados a embelezar as envolventes — a sua localização estaria certamente subordinada à estratégia de servir de apoio, respectivamente ao mercado do peixe e aos açougues públicos.

Já com inequívocas características monumentais, mais a nascente, mandaria substituir o *chafariz do largo do Paço*, completando o arranjo geral de que este foi então objecto.

Fora de portas, nos mesmos espaços que ordenou, o antístite regularizaria a condução das águas aí existentes. Designadamente criando os chafa-

²¹ FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales... opus. cit.*, Tomo II, pp. 357/358.

²² Constituída por chafariz, calçada, terreiro, peitoril e ameias.

²³ Mandou reparar de novo a fonte, com novos degraus para a rua e diversos arranjos.

rizes da *igreja da Senhora a Branca* e de *San Marcos*, em locais que antes eram *charcos* de cariz infecto. Iguamente, no que poderá ser admitido como um único segmento hidríco, mandaria regularizar os encanamentos da *fonte da Cárcova*²⁴ — nas imediações do castelo — e o da *fonte da Cónega*²⁵, local este onde fez chegar o abastecimento de água pela primeira vez no ano de 1531.

6.3. Os equipamentos

No plano das obras que, hoje em dia, descreveríamos como *equipamentos colectivos e infraestruturas de apoio às actividades económicas e sociais*, diríamos que o período em questão foi analogamente profícuo.

Começando pelas últimas, podemos constatar que D. Diogo empreendeu todo um conjunto de projectos destinados a incrementar o desenvolvimento mercantil de Braga. A este propósito, saliente-se a implementação de *alpendres, pera pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos a cidade, onde agora sempre posão*. Embora certamente distantes do esplendor das *loggias* públicas italianas, mas cumprindo funções algo semelhantes, estes espaços cobertos, em colunata, destinavam-se a albergar os almocreves, as suas cargas e animais, antes de se sujeitarem à presença do *alfandegueiro* que, junto à porta da muralha, aplicava as taxas estipuladas.

D. Diogo edificou dois destes *alpendres*, com calçada e leitos, bem como as respectivas *estrebarias* e suas *manjedouras*, nos dois pontos limites do alinhamento das ruas do *Souto/Nova* que, atravessando de lés a lés a cidade murada, ligava os extremos nascente/poente definidos entre as portas *Nova* e do *Souto*.

A avaliar pelo modelo referenciado à porta do *Souto*²⁶, esta última terá sido a primeira, senão a mais importante do conjunto. Com efeito, *a seu requerimento mandou el-rei Dom Manoel fazer a barreira do castello de quantaria*, que não estava em condições, pelo que é de supor que as actividades centrais de fiscalização e o fluxo de almocreves procedessem maioritariamente do *hinterland* bracarense.

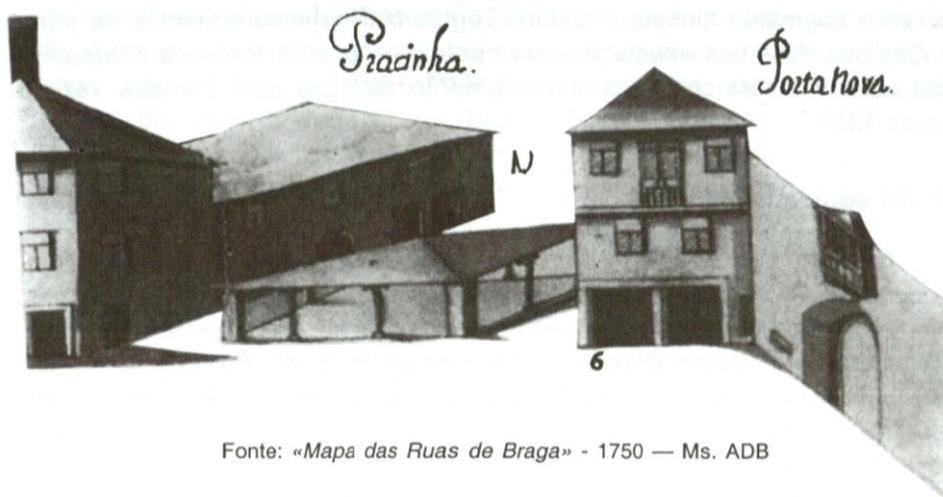
No domínio dos mercados, é sabido que D. Diogo patrocinou a criação do *mercado do pescado* e dos novos *açougues*. Esta obra seria tanto mais relevante

²⁴ *Com cano muy grande de pedraria e de grandes pedras por cobertura* (a fonte fora antiga mas estava entupida). Regularizou ainda a conduta de água.

²⁵ Em 1531, *mandou e fez vir agoa per canos e alcatruzes de pedra à estrada da cónega a qual agoa nunca viera a dita estrada em vida nem memoria dos homens*.

²⁶ *Ha porta do Souto fez hua casa, estrebarias e alpendres com suas colupnas pera pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos a cidade, onde agora sempre posão*.

FORMENOR DO ALPENDRE DA PRACINHA (Actual Praça Velha)



Fonte: «Mapa das Ruas de Braga» - 1750 — Ms. ADB

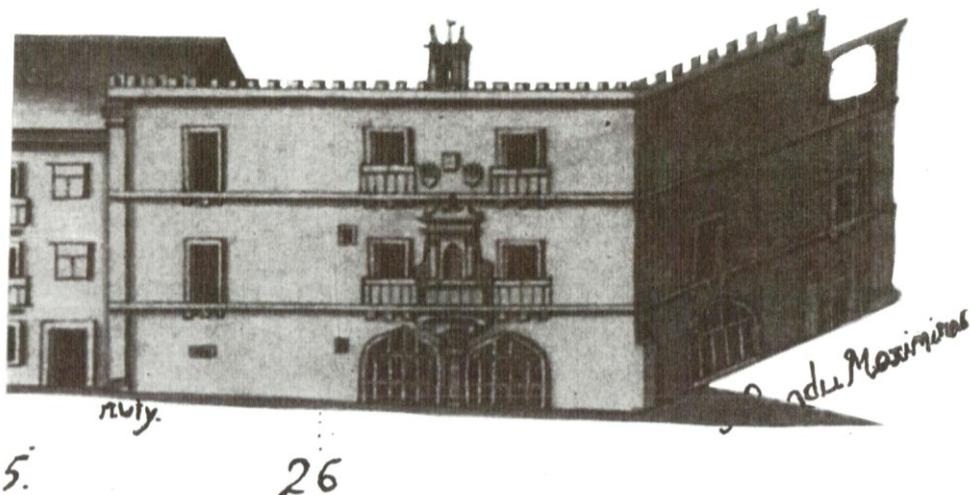
quanto é sabido que as exigências particulares deste tipo de comércios, tais como a sujeição a taxas específicas ou condições de higiene e conservação das mercadorias, são indicadores de progresso e bem estar.

Diversos autores têm interpretado a cidade da época, em geral, como se toda ela constituísse um imenso mercado, pelo que a dotação destas estruturas permite-nos admitir que, além de atenderem principalmente à preocupação de melhorar o sistema fiscal e administrativo da urbe, evidenciavam já efectivos prenúncios no domínio da salubridade pública.

Os *açougues da carne e seus alpendres* dispunham de uma cobertura assente em colunas e integravam duas pequenas casas à disposição de quem ficasse encarregado de manter a sua limpeza. Pelas descrições apontadas estamos em crer que se localizariam aproximadamente junto ao gaveto da actual rua do *Cabido* com a rua *D. Diogo de Sousa*, ocupando o perímetro do edificado que se encontra hoje aí embutido. Contudo, a reconstituição da sua planta afigura-se meramente conjectural. Só uma análise particular ao edifício da Misericórdia e ao loteamento das cinco parcelas regulares do aludido gaveto, visíveis na planta de F. Goullard (1883/84), poderão ajudar a deslindar a questão. Entretanto, fica aqui lançada a hipótese de estudo.

No que concerne ao mercado do pescado, este situava-se no extremo oposto do mesmo eixo, junto à entrada mais próxima do mar, ocupando o espaço central da *pracinha*. À semelhança do anterior, exibia também uma cobertura, neste caso sustentada por doze colunas, contendo no interior quatro mesas em pedra que assentavam em pavimento devidamente regularizado.

EDIFÍCIO DA CÂMARA

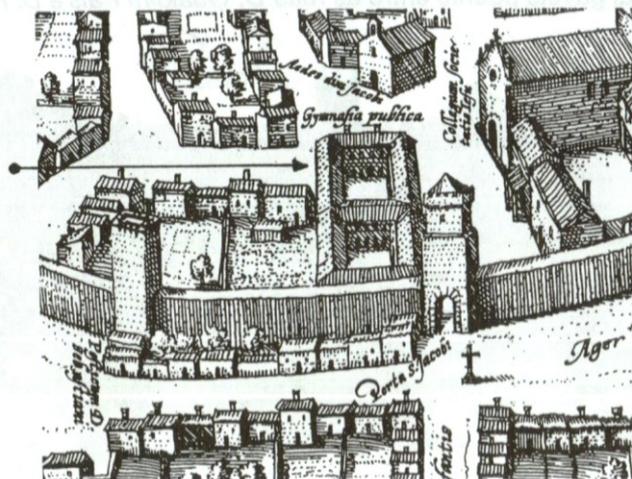
(Junto ao actual gaveto poente entre as ruas *D. Gualdim Pais* e *D. Paio Mendes*)Fonte: «*Mapa das Ruas de Braga*» - 1750 — Ms. ADB

Em frente à Sé, nos baixos alpendrados da casa da câmara, projectou-se o mercado do pão, dando azo a que a referida função originasse o topónimo da praça. Aliás, o edifício da câmara, será precisamente outro dos equipamentos igualmente atribuíveis à iniciativa de D. Diogo, seguro que se tem o facto do arcebispo ter expropriado *quatro casas* para esse efeito. É certo, porém, que os alçados com os seus estigmas góticos — os arcos ogivados e as ameias — não exteriorizam ainda a expressividade dos padrões formais que então se afirmavam. Ainda assim, como o seu levantamento se subordinaria à rectificação da praça, cuja paternidade também lhe é imputável, admite-se, como afirma Constantino Coelho, que a conclusão da Câmara fosse coeva de D. Diogo, explicando-se assim a natureza da sua arquitectura mais como o resultado de um processo de reconstrução²⁷ do que o produto inovador de um projecto de raiz.

Por outro lado, compreende-se que a instituição tenha sido objecto de particular atenção por parte do *Senhor de Braga*. De acordo com o mesmo autor, que investigou a documentação municipal da época, os princípios do

²⁷ O referido autor, no mesmo trabalho, reportando-se ao edifício em questão, cita uma reunião da Câmara de 14/5/1518, realizada numa casa particular da rua do *Souto* que serviria então para esse fim, na qual transcreve uma citação onde a dado passo afirma que D. Diogo terá mandado *desfazer para fazer outro paço do concelho*, in COELHO, Constantino Ribeiro — *Braga Antiga... opus. cit.*, p. 113.

COLÉGIO DE SÃO PAULO (Actual Largo de S. Paulo)



BRAGA - Século XVI — BRAUN, Georg

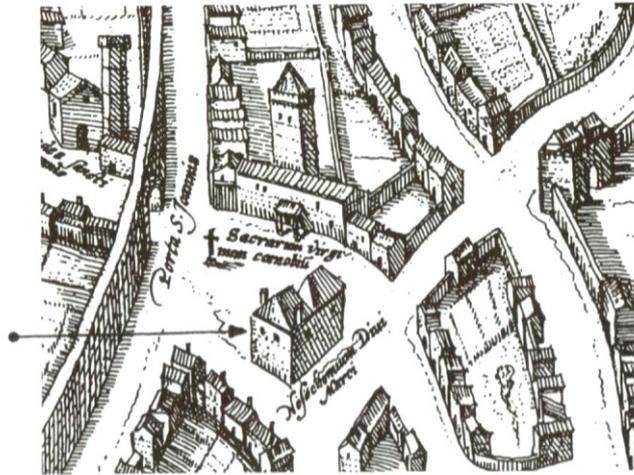
século XVI foram em Braga um período de intensa renovação das *leis municipais*, tendo, no caso concreto, segundo o seu critério, manifestado neste domínio iniciativas de carácter percursor, designadamente com a criação de uma estrutura semelhante a um *conselho municipal*.

A casa da câmara toda ela era contituída em cantaria. Vimos já que tinha um alpendre térreo em arcos ogivais, destinado ao comércio do pão. Estruturava-se em dois sobrados e três entablamentos, sendo a fachada rematada por uma imagem da Virgem. O topo era rebordado por uma fileira de ameias. No interior dispunha de assentos para as audiências, continha almários, enfim, e ainda outras dotações adequadas ao fim específico da função. O edifício dos Paços do Concelho assumiria, como o testemunha a gravura de Braunio, um dos mais significativos papéis no âmbito da urbanidade *quincentista*²⁸.

No domínio cultural e educativo, D. Diogo promoveria o arranque dos *estudos públicos*, ao decidir instalá-los na antiga capela de *S. Paulo* e edifício anexo, no lugar defronte à igreja votada ao mesmo patrono, posteriormente aí edificada. A iniciativa, de cujos relatos se evidencia o seu convicto empenhamento pessoal, só conheceria os primeiros avanços já nos derradeiros momentos da prelatura, pelo que só se viria a consolidar no tempo dos seus sucessores. Ainda assim, no plano urbanístico, seria D. Diogo quem efecti-

²⁸ Em meados do século XVIII (1752), esta construção viria a ser desamortizada das funções matriciais para as quais tinha sido erguida, tendo sido finalmente demolida, para infausto patrimonial, no correr dos anos de 1874/75, dando lugar ao leito da actual rua *D. Paio Mendes*.

HOSPITAL DE SÃO J. MARCOS (Actual Largo de Carlos Amarante)



BRAGA - Século XVI — BRAUN, Georg

vamente condicionou a funcionalidade do Largo de *S. Paulo* à subsequente vocação de verdadeiro pátio académico de Braga, propriedade que conservou aproximadamente nos dois séculos seguintes.

No mesmo âmbito de incremento humanístico, deverá ser salientado que *mandou fazer além da crasta da Sé casa para a livraria com vidraças, janelas, bancos e assentos para os livros*, o que, considerado à luz da época, mais do que uma *infraestrutura de apoio* ao ensino e à actividade intelectual, concorreria para afirmar a cidade como um polo atractivo para os *Letrados* de então.

Relativamente ao sector assistencial, o arcebispo daria continuidade à obra do *Hospital de S. João Marcos*²⁹, iniciada pelo seu homónimo, o cónego Diogo Gonçalves, tomando, em 1508, a seu cargo, não só a condução das obras de conclusão, bem como garantindo-lhe os meios futuros de sustento³⁰, após o qual entregaria a administração da instituição à Câmara.

De igual modo transferiria a *gafaria* de Dume para a erguer de novo, junto à ermida de *S. Lázaro*³¹, no extremo Sul da rua dos *Granginhos*. Esta viria a ser alpendrada em patio terraplanado, dispendo de quatro camaras e duas chaminés.

²⁹ Entendamos que, à altura, este equipamento colectivo tratar-se-ia mais de uma albergaria destinada aos peregrinos e à misericórdia aos doentes do que um de hospital tal e qual hoje o entendemos.

³⁰ Para esse fim anexou-lhe as rendas provenientes das igrejas de Prado e de Fafe, bem como dotou-o com igual tipo de réditos provenientes dos gafos e de outros antigos *hospitais* existentes na cidade (um deles situava-se na rua do *Campo*).

³¹ FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales... opus. cit.*, Tomo II, p. 376.

Até agora não possuímos elementos que nos levem a afirmar que D. Diogo terá pessoalmente criado a *Misericórdia* em Braga. Sabe-se que o fez no Porto em 1502, quando aí era bispo. Entre nós, as crónicas dão-nos seguramente conta que terá intervindo ao nível da sua transferência, realizada aí por volta de 1513, para a sua dilecta rua *Nova*, tendo a propósito de tal evento mandado levantar uma nova capela.

Ainda e no domínio das obras civis de cariz institucional, não poderíamos concluir o rol das intervenções urbanas, sem mencionar a remodelação interna do Paço arquiépiscopal ao qual, obviamente, terá de se associar o arranjo do largo fronteiro — já aqui aludido quando referimos o seu fontenário — e que estruturalmente se consubstanciaria no levantamento de uma colunata com seis arcos, no nivelamento do recinto e da dotação de uma escadaria de concordância.

Também no âmbito do mesmo complexo, entre o Paço e a Sé, defronte ao actual Largo *D. João Peculiar*, edificaria um jardim de feição apropriadamente geométrica, de quatro quartos com uma laranjeira cada um e caminhos entre eles, aberto para o exterior, estamos em crer, através de *uma janela ferrada e uma porta que sai [a] para a rua em direito da capela de S. Gonçalo(?)*.

6.4. Os espaços verdes

Na verdade, as transformações efectuadas no Paço, atribuídas a D. Diogo, incluirão a concepção referencial de um espaço ajardinado. O simples facto desta realização incorporar o rol *das obras que o dito senhor Arcebispo fez na cidade dos muros adentro* é por si deveras significativo da importância e do impacte que obtiveram no presente contexto. Trata-se de um jardim de características privadas que se articula estruturalmente com a renovação arquitectónica do conjunto edificado. A descrição detalhada da intervenção permite-nos constatar que, embora manifeste uma inserção acanhada no complexo construtivo existente, este denuncia já a introdução de novos elementos de cunho genuinamente *renascentista*³². Disso são exemplo a relação estreita entre os aposentos privados, através de pátios e escadarias, com o jardim propriamente dito; a estrutura axial da organização do espaço ajardinado, *repartido em quatro quartos e [sendo que] em cada quarto estão quatro laranjeiras, afora os caminhos*; e, naturalmente, a magnificência de *hua fonte allta com pee e pia a quall pia e pee parece ser das melhores do reino*.

³² CABRAL, Francisco Caldeira — *Fundamentos da Arquitectura Paisagista... opus. cit.*, pp. 76/77.

CASAS DO ALÇADO NORTE DA RUA NOVA E PAÇO ARCEBISPAL



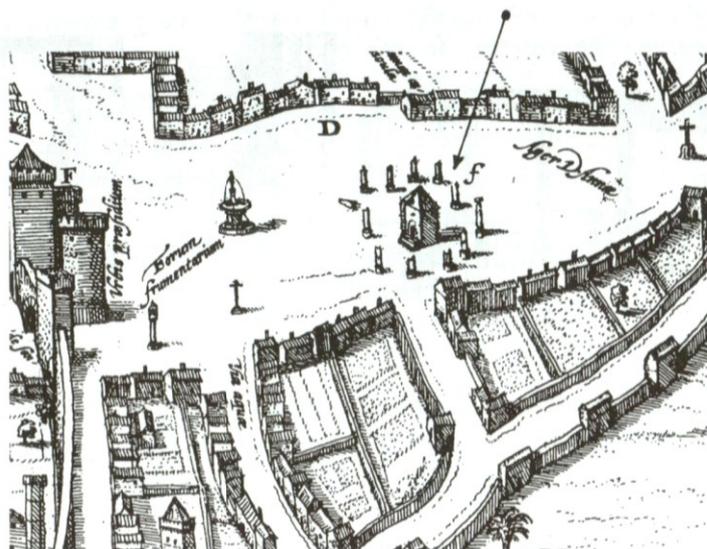
BRAGA - Século XVI — BRAUN, Georg

Por outro lado, recorrendo à observação da gravura de *Braunio*, de 1594, embora constataremos que, passado mais de meio século sobre a prelatura de D. Diogo, o referido jardim geométrico do Paço não tivesse constituído uma matriz particularmente prolixa face a outras referências detectáveis, ainda assim, pode-se observar a evidência de algumas estruturas ajardinadas privadas nas traseiras do edificado Norte da rua *Nova* e no interior do quarteirão marginado entre as *Carvalheiras* e a rua da *Cruz de Pedra*.

No geral, pode-se afirmar que a cidade de Braga, mesmo excluindo os seus arrabaldes genuinamente marcados pela fisionomia rural, era caracterizada por uma matiz verde dominante, quer pelo número abundante de pequenas hortas e quintais localizáveis no *miolo* interior dos quarteirões, genericamente desprovidos de construções que não fossem os muros divisórios, quer ainda por significativas *manchas* de arvoredo, sobretudo localizadas em alguns dos mais importantes *stocks* de terrenos situados entre as traseiras das edificações e a face interna das muralhas.

Relativamente aos espaços de circulação públicos, a citada gravura evidencia-nos um desprovido generalizado de cobertura vegetal nas ruas e praças de Braga. A esta realidade são excepções contrastantes, a pequena mata situada na margem esquerda do rio *Este*, à saída da estrada para Guimarães — actual *parque de S. João da Ponte* —; as *carvalheiras* no largo do mesmo topónimo, torneando a capela de *S. Sebastião*; e ainda, com menor relêvo, o arvoredo das imediações da capela da *Senhora a Branca*. No conjunto, merece um particular destaque a mata de *S. João da Ponte*, domínio da Mitra, que, pelo exemplo iconográfico da representação de lebres correndo livremente, denuncia então já a considerável densidade e a dimensão do arvoredo que viria a subsistir até aos nossos dias, dando origem a um dos únicos parques verdes urbanos existentes.

ERMIDA DE SANT'ANNA (Actual Avenida Central)



BRAGA - Século XVI — BRAUN, Georg

6.5. Outros arranjos e pequenas obras

Para completar a apreciação sumária do intervencionismo de D. Diogo no estrito âmbito do espaço urbano, isto já sem sequer enveradar pela abordagem das obras com cariz religioso, ainda que dotadas de inequívoco impacte urbanístico, teremos que limitar a nossa análise a essa exclusão. Assim, prescindindo deste plano material que, é sabido, nos arredaria para longe dos nossos propósitos iniciais — já que se trata de uma área muito rica e diversificada — traríamos a esta evocação algumas das intervenções mais significativas no plano dos arranjos públicos.

Começando pela octogonal ermida de *Sant'Anna*, no *rocio* do mesmo nome, mandada erguer por D. Diogo (provavelmente em 1506³³), ela tem o particularismo de se afigurar como um marco simbólico, exteriorizador dos seus desígnios de humanista e, simultâneamente, um referencial da sua condição de estrangeirado. Vale a pena citar a descrição da obra de referência que lhe é atribuída para reconhecer a atitude mental do arcebispo e o alcance do seu sentido estético.

³³ Exibia uma inscrição do ano de 1506. A capela estava encintada de marcos miliários que tinham sido aí reunidos, os quais eram procedentes dos locais originais que ocupavam ao longo das vias romanas que demandavam a cidade. A capela seria demolida no ano de 1769, sendo o seu espólio arqueológico transferido, numa primeira fase, para o jardim das *Carvalheiras*.

Fez de novo a ireda de sancta Anna (...) e pôs derredor della certas colupnas escritas do tempo dos Romãos que se acharão nesta cidade e fora della e outras taboas de pedra tambem escriptas do tempo dos Romãos, as quoais encaixarão na mesma parede da hermida.

Originariamente situada no *resio* diante da Porta do Souto seria entretanto transferida para o ponto central do enfiamento nascente da rua do mesmo nome com o cruzamento da *cangosta da Palha*, onde se manteve até à sua extinção.

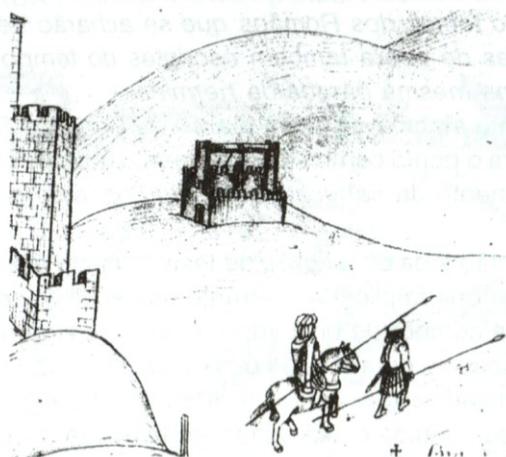
Encetou-se então toda uma acção de levantamento e renovação de diversos templos urbanos que implicaria o arranjo das envolventes exteriores passando assim estas a compôr os enquadramentos dos lugares que ocupavam. Muitos dos novos espaços, gerados sob o beneplácito de D. Diogo, serão inalienáveis da dimensão cénica que uma leitura mais detalhada da cidade impõe. Neste contexto, não podemos deixar ainda de relevar o *arranjo* da envolvente entre a igreja de *Sam Miguel* às *Carvalheiras* e a entrada da porta de *Maximinos* que dava acesso directo à fachada da catedral que *era mui fora de feição*, sendo *calçada* e diante dela colocada *uma cruz de marmore com degraus*.

Serão, aliás, os cruzeiros, um dos elementos mais frequentes e sistemáticos que marcariam ainda a composição e a perspectiva dos principais espaços de circulação urbanos. A D. Diogo ser-lhe-á atribuído o levantamento de diversas cruces que viriam a implantar-se nos pontos de cruzamento dos principais acessos, particularmente no exterior da cidade, defronte das principais portas da muralha. Os mais relevantes caracterizavam-se por assentar num pedestal ordenado em degraus, encontrando-se nos seguintes locais:

- ao *campo de Sant'Anna*; no enfiamento da *porta do Souto*, junto ao pelourinho, com a rua *das Águas*;
- defronte da *gafaria*, ocupando o centro do terreiro de *S. Lázaro*;
- à porta de *S. Marcos*, não interferindo porém, com o eixo de circulação constituído pelas ruas de *S. Marcos/Anjo*;
- à porta de *Santiago*, visível a partir da rua do *Alcaide* e da *via Infantis* (actual rua de *S. Geraldo*);
- à porta de *Maximinos*, defronte da igreja de *S. Miguel*;
- à porta de *Sousa*, implantado no meio da *ronda exterior*;
- e, no enfiamento da porta de *S. Francisco*, na encruzilhada das estradas de *Sam Martinho* e dos *Chaos de Prado*, à entrada da actual rua da *Boavista*.

Por fim, registre-se ainda um elenco de obras menores, também elas imputáveis a D. Diogo de Sousa, contudo não menos marcantes para a caracterização da cidade de Braga.

FORÇA ACASTELADA



Fonte: DUARTE DE ARMAS — *Livro das Fortalezas*

O pelourinho, que a imagem de Braunio nos dá como fronteiro à porta do *Souto* estaria, segundo Constantino Coelho³⁴, inicialmente localizado *no cruzamento das ruas entre os paços do Concelho e a igreja de Santiago*, pelo que, a aceitar esta tese, é de admitir que a sua suposta transferência tenha sido uma consequência da rectificação da praça e reedificação dos novos paços concelhios mandados executar por D. Diogo. É uma hipótese que por agora deixaremos em aberto.

Menos resplandecente à luz das consciências contemporâneas, no *monte alem ribeira Deste* o antístite mandaria levantar, à semelhança do que era frequente em outras cidades, a *força cercada de parede e ameadada com porta fechada*, pois a que existia não era mais que uma estrutura improvisada. O local, embora sendo de imprecisa situação, mesmo que tenha sobrado a memória do topónimo junto à saída da estrada de Lomar, permite admitir que, tomando como referência as diversas localizações patentes no *livro de Duarte D'Armas*, a força possa ter vindo a localizar-se entre os pontos elevados do Picoto e da Mouta. Ainda que possivelmente não ocupasse os picos das referidas elevações, a sua situação seria então, como se pretendia, certamente incontornável à vista de quem aqui vivia.

Finalmente, como mero apontamento, registe-se ainda a edificação de um conjunto de casas, supostamente situadas no *campo da Vinha* que, pela descrição chegada até nós, se pode depreender ter-se tratado de uma intervenção urbana de considerável impacte e valor, situando-se ao nível do que hoje, nas devidas proporções, poderíamos tomar como uma urbanização.

³⁴ COELHO, Constantino Ribeiro — *Braga Antiga... opus. cit.*, p. 116.

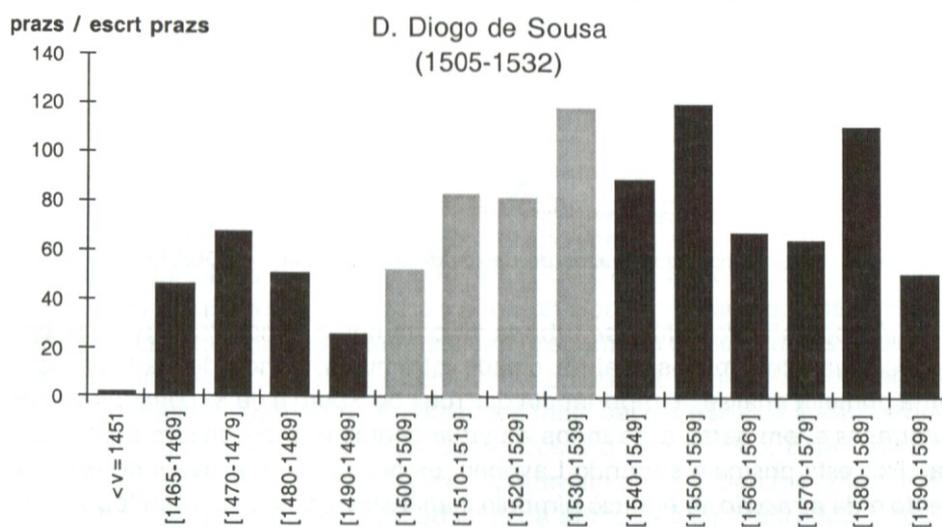
7. A ENFITEUSE URBANA DO CABIDO DURANTE A PRELATURA DE D. DIOGO

No domínio da reconstituição social urbana, o esforço perseguido no sentido de podermos transmitir alguma luz sobre esta perspectiva, permitiu-nos recorrer ao inventário dos *Índices dos Prazos do Cabido* — já então seguramente um dos principais senhorios do solo e do edificado urbano — como o expediente possível e necessário à extracção de algumas tendências e padrões de organização espacial da cidade de então.

Já em anterior trabalho³⁵ tivemos oportunidade de apresentar as limitações do recurso a esta *fonte*, pelo que remeteremos para ulterior oportunidade a sua reconsideração, deixando desde já expressas as devidas ressalvas.

Não sendo propriamente uma *fonte* exaustiva, os *Índices* são todavia um indicador incontornável da animação social e económica da cidade *quinhentista*.

EVOLUÇÃO DOS PRAZOS URBANOS DO CABIDO



Fonte: *Índices dos Prazos do Cabido da Sé de Braga* — ADB/UM

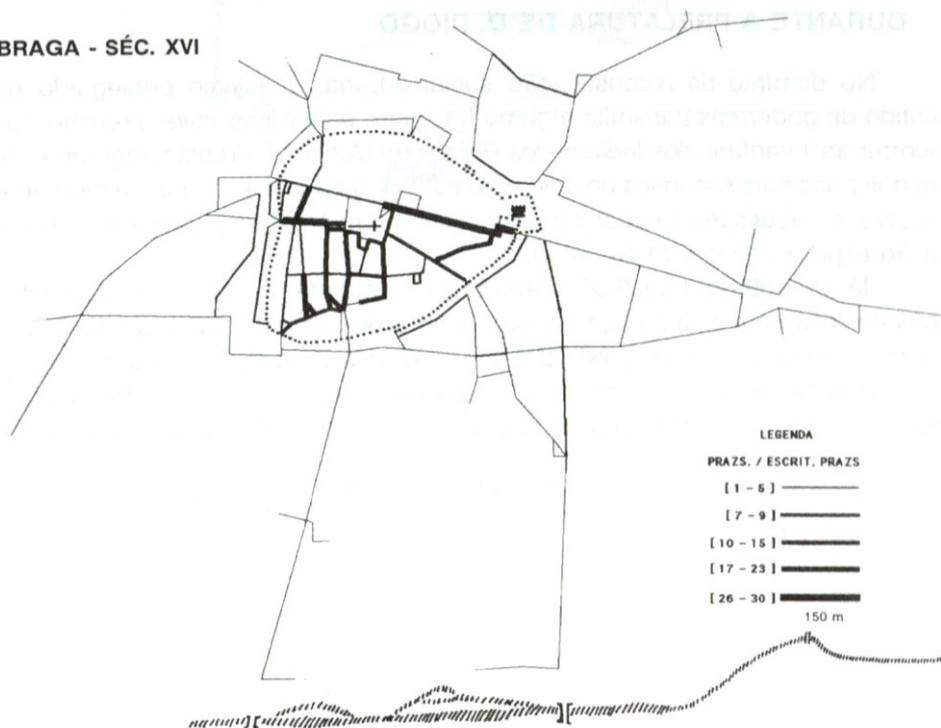
Analisando a evolução dos registos dos prazos e das escrituras de prazos, publicadas pelos serviços técnicos do Arquivo Distrital de Braga³⁶, podemos observar que o período relativo à prelatura de D. Diogo corresponde a uma inflexão positiva da sua efectivação.

³⁵ BANDEIRA, Miguel Melo — *O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII...* opus. cit.

³⁶ *Mapa das Ruas de Braga*, (Ed. Fac-simile), Vol II... opus. cit.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRAZOS DO CABIDO POR RUA

BRAGA - SÉC. XVI



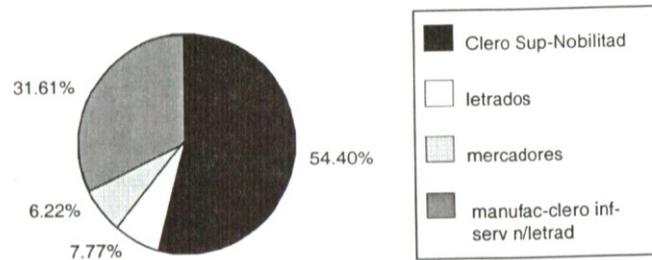
Fonte: Índices dos Prazos do Cabido da Sé de Braga — ADB/UM

A geografia da *enfitense* urbana salienta-nos a concentração deste tipo de iniciativa económico-social na cidade intramuros, sendo de particularizar, numa primeira análise, a importância das ruas do *Souto* e de *Maximinos* ou dos *Burgueses* e, em geral, a de todos os arruamentos que envolviam a Sé Catedral. Por este prisma e segundo Lavedan, os princípios medievais do *envolvimento* e da *atração* ao edifício símbolo manifestavam-se ainda em todo o seu pleno vigor.

Não deixa de ser oportuno apontar que no presente conjunto viário pontuavam as ruas meridianas que cruzavam perpendicularmente as *travessas*, curiosamente exibindo uma hierarquização viária oposta à que hoje em dia aí podemos detectar. Isto é, os eixos de circulação principais do sistema ordenavam-se sob o eixo Norte-Sul.

No que concerne à indagação da posição social dos *foreiros* e à identificação das suas actividades, o presente recurso permite-nos reconstruir alguns traços fundamentais da textura social bracarense.

POSIÇÃO SOCIAL DOS FOREIROS
Prazos urbanos do Cabido (1505-1532)



Fonte: Índices dos Prazos do Cabido da Sé de Braga — ADB/UM

Assim, as élites constituídas pelas figuras do alto clero e pelos foreiros nobilitados registam mais de metade da iniciativa enfitêutica (54,4%), por confronto ao conjunto dos *manufactureiros*, do *baixo clero* e dos *serviços não letrados*, que reúnem 31,6%. Quanto aos *letrados* e *mercadores*, tidos, na circunstância, como um estrato socialmente intermédio pela sua crescente emergência social, o quantitativo dos seus *aforamentos* reúne 14% do universo considerado.

Embora os valores expressos por rua, em grande parte não constituam mais do que uma amostragem da dimensão e distribuição real desta relação, dão-nos todavia algumas tendências que achamos por bem não ser de enjeitar.

Neste sentido, as ruas que concentram as iniciativas dos estratos de elite, ou seja, onde mais de metade dos prazos celebrados cabem dentro deste agrupamento, são a rua de *S. João*; a rua do *Poço* (actual *Gonçalo Pereira*); a *Travessa* desta para a do *Forno* e a rua do *Souto*, apesar de, esta última, ao contrário das anteriores, já manifestar um predomínio dos enfitêutas *nobilitados* sobre o *alto clero*, bem ainda como uma presença significativa de *letrados*.

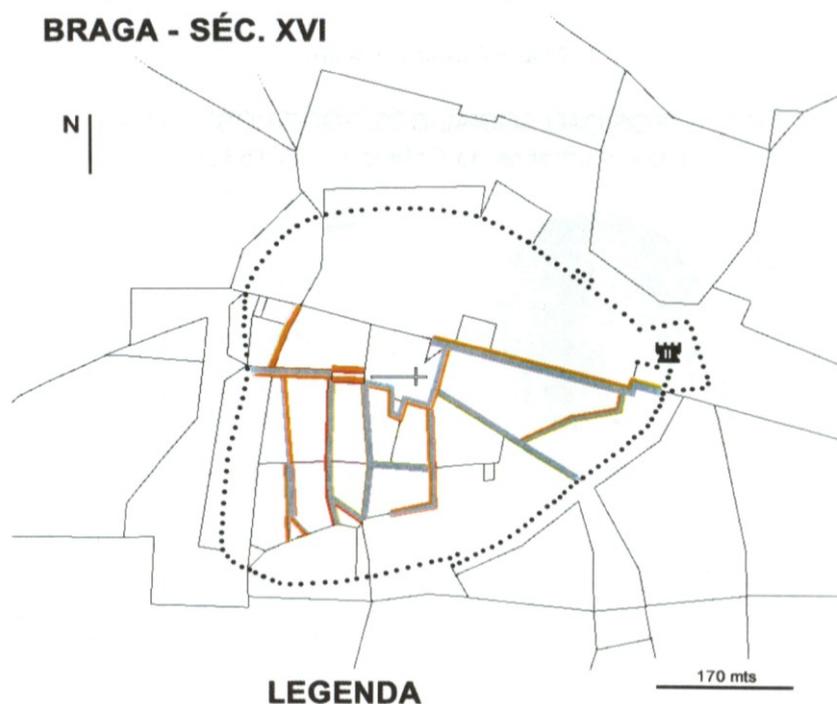
Do mesmo modo, o predomínio dos mais baixos estratos sociais evidencia-se nas ruas das *Chagas*, dos *Sapateiros* e praça do *Pão*. Estas duas últimas, ao contrário do que os topónimos poderiam sugerir, são maioritariamente ocupadas com aforamentos procedentes de enfitêutas com actividades respeitantes aos *serviços não letrados*.

Por outro lado, e na perspectiva possível de um agrupamento por sectores, poderemos apontar a rua de *S.º António* — à altura ainda identificada como da *Judearia Nova*³⁷ — por ser maioritariamente aforada por clérigos, embora se ressalve o facto destes incorporarem indiscriminadamente os extremos da respectiva hierarquia corporativa.

³⁷ Para aí transferida no ano de 1466, tendo-se mantido em Braga até à expulsão dos Judeus no reinado de D. Manuel, em 1496, in MARQUES, José — *Braga Medieval... opus cit.*, p. 98.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRAZOS PELA POSIÇÃO SOCIAL DOS ENFITEUTAS

BRAGA - SÉC. XVI



PRAZOS/ESCRIT PRAZOS por rua (5 ou mais prazos)	Posição social dos foreiros
esessuras	cores
[21 - 25]	clero superior e figuras nobilitadas
[14]	"letrados"
[7 - 9]	mercadores e vendedores de carne
[5 - 6]	manufactureiros/baixo clero/serviços não letrados

Fonte: *Índices dos Prazos do Cabido da Sé de Braga* — ADB/UM

Em síntese, poderemos admitir que, a tendência para o predomínio dos estratos mais elevados da sociedade se manifesta no sector Sudeste da Catedral, por oposição ao sector poente, mais diversificado e com maior iniciativa enfitêutica por parte dos níveis mais modestos da sociedade bracarense.

* * *

Braga dos finais do século XVI, pelos reflexos do programa implementado e pela atitude do seu príncipe, é já *renascentista* quanto aos novos rasgos do desenho urbano e aos equipamentos institucionais entretanto fundados, todavia é também e ainda uma urbe *medieval*, no ritmo do seu quotidiano, no enquadramento estratégico do território que ocupa e, finalmente, na realidade social e económica em que se insere.

D. DIOGO DE SOUSA — O URBANISTA



8. A PERENIDADE DA OBRA DE D. DIOGO DE SOUSA

À guisa de epílogo não poderíamos deixar de encerrar esta singela evocação sem recordarmos alguns dos fundamentos e das razões que nortearam a obra urbanística de D. Diogo de Sousa. Para o averiguar, é certo que não dispomos mais do que das suas impressões epistolares e dos testemunhos laudatórios dos que com ele conviveram. Mas uma evidência é segura, se a obra não revelasse a dimensão e o alcance que ainda hoje projecta, não ousaríamos aqui sustentar que só um profundo espírito de dádiva e um sentido altruísta de *dare se Deo et urbi*, poderiam justificar que, passados quase quinhentos anos, D. Diogo de Sousa, constitua ainda um motivo de reflexão sobre a cidade e uma lição de magnificiência do uso do poder.

Para que mais o saibam, D. Diogo de Sousa, nos últimos anos da sua vida, depois de já ter feito *de uma aldeia cidade, à custa do [seu] trabalho e fazenda*, sempre leal ao rei, ainda que pontualmente incompreendido pelas razões da coroa, alegará ao monarca em defesa das suas convicções:

*Nunca procurei de ter no mundo hum soo palmo de terra. Tudo o que fiz foi por Deos e pello alma de vosso pai, que me deu este arcebispado, e despois pella vossa e, muito adiante, pella minha (...) E asy lhe juro que numqua tive desejo de ser rico (...) nem tenho erdeiros nem pessoas pera que aja de comprar eramça*³⁸. Dom Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, 23 de Março de 1528.

Decorreram, ontem sobre estas palavras, quatrocentos e setenta e dois anos de exemplar providência.

³⁸ Missiva de D. Diogo de Sousa ao rei D. João III, de 11 de Novembro de 1528 — in, COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa... opus. cit.*, vid. documento n.º 13, p. 29.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo — *O Espaço Urbano de Braga em meados do Século XVIII* — Porto, 2000, Edições Afrontamento, col. A cidade em questão/11, 183 pp.
- BENEVOLO, Leonardo — *Historia de la Arquitectura del Renacimiento* (2 vol.), *La Arquitectura Clásica (Del Siglo XV al Siglo XVIII)* — Barcelona, 4.ª Ed. r/ Italiana, Gustavo Gilli, 1981, 1368 pp.
- CABRAL, Francisco Caldeira — *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* — ICN, Lisboa, 1993, 220 pp.
- CAPELO, Rui — *História de Portugal em Datas - (1480-1620)* — António Simões Rodrigues, (coord.), 1994, *Círculo de Leitores*, 480 pp.
- COELHO, Constantino Ribeiro — *Braga Antiga, Velharias Bracarenses... Memórias de Velho Tempo e outros textos* — (recolha, etc., E. P. Oliveira), Braga 1992, sep. *Theologica*, vols XXIV-XXVI (1989-1991), pp. 274.
- COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa - Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura* — sep. do Liv. *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicção da Catedral*, Braga, 4-5 Maio 1990 (pp. 15-118), Braga, 1993, pp. 117 + 2 plantas.
- DIAS, João José Alves — *Lisboa Medieval na Iconografia do Século XVI, in, Actas das Jornadas de História Medieval (1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV e XV)*; Lisboa, *História e Crítica*, 1985, pp. 239-244.
- FEIO, Alberto — *Coisas Memoráveis de Braga - e outros textos* — Braga, 1984, Univ. do Minho, Biblioteca Pública de Braga, 154 pp.
- FERREIRA, José Augusto — *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga* — Braga 1931, Tomo II, 521 pp.
- FERREIRA, M.ª da Conceição Falcão — *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)* — 1.ª parte, *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. XCVI, Jan./Dez., Sociedade Martins Sarmiento, 1986, 81-150 pp.
- GALEGO, Júlia e DAVEAU, Suzanne — *O Numeramento de 1527-1532 - Tratamento Cartográfico* — Lisboa, 1986, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 118 pp. + 4 mapas.
- GARCIA, João Carlos — *As cidades na Obra de Orlando Ribeiro* — Penélope, Ed. Cosmos, Lisboa, n.º 7, *Fazer e Desfazer História*, 1992, 107-114 pp.
- GASPAR, Jorge e FERRÃO, João — *As cidades portuguesas e a Geografia Urbana na Universidade de Lisboa, Estudo para o Planeamento Regional e Urbano* — Lisboa, 14, CEG, Universidade de Lisboa, INIC, 1980, 15 a 37 pp.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal - I e II vols., Desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano* — Lisboa, 3.ª, Ágora, 1972, 667 pp.
- MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no Século XV* — Temas Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, 1278 pp.
- *Braga Medieval* — Ensaios - I, Braga, Liv. Cruz, 1983, 250 pp.

- MORRIS, A. E. J. (1974) — *Historia de la forma urbana - desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial* — Barcelona 1991, 3.ª ed., 477 pp.
- MUMFORD, Lewis — *La cité a Travers L'Histoire* — (trad. do americano - 1961), Paris 1964, Éditions du Seuil, 783 pp.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos Bracarenses, 1 - As alterações toponímicas (1380-1980)* — Braga, ASPA — Ass. Def. Estud. e Divul. Patrim. Cult., 1982, 126 pp.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira — *O Espaço Urbano do Porto, Condições Naturais e Desenvolvimento* —, Coimbra, Instituto de Alta Cultura — C.E.G., 1973, 475 pp.
- RIBEIRO, Orlando — *Cidade* — in, *Diccionario de História de Portugal*, Direcção Joel Serrão Porto, *Iniciativas Editoriais*, 1979, vols. II.
- RODRIGUES, Ana Maria — *Os Prazos do Cabido de Braga nos Séculos XIV e XV* — Actas — Congr. Inter. IX Cent. Ded. Sé de Braga, Braga, vols. II/I — *A catedral...* (séc. XII-XIX), Univ. Cat. Port., Fac. Teo.
- SALGUEIRO, Teresa Barata — *A Cidade em Portugal - uma geografia urbana* — Porto 1992, Edições Afrontamento, 433 pp.
- SENNA FREITAS, Bernardino J. — *Memórias de Braga* — Braga 1890, Imprensa Catholica, Tomo I.
- SERRÃO, Joel (coord.) — *Diccionario História de Portugal* — Porto 1979, Iniciativas Editoriais, 6 vols.
- SMITH, Robert C. — *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)* — Bracara Augusta, Sep., Braga, Vol. XXII, Câmara Municipal de Braga, 1968.
- WALLIS, Helen — *Cartografia Urbana do Renascimento* — Lisboa 1987, *Ler História N.º 10*, Ed. Salamandra, 127/138 pp.
- WÖLFFLIN, H. — *Renacimiento y Barroco* — Barcelona, Ed. Paidós Estetica / 8, 1986, 163 pp.

FONTES

- ARMAS, Duarte de — *Livro das Fortalezas* — (ed. *fac-simile* do Ms. 159 da casa forte do ANTT), Lisboa 1997, ed. ANTT, e Ed. Inapa, 2.ª ed.
- BRAUN, Georg — *Noua Bracara defcriptio*, in, *Civitates Urbium Terrarum, Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto*, Kholn, circa, pl. n.º 3.
- CUNHA, Dom Rodrigo da — *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* — Rep. *fac simile*; Braga, 1989, 2 vols.
- GOULLARD, Francisco — *Planta de Braga* — 30 fols., AOCMB, 1/500, 1883/84, manuscrito. *Índices dos Prazos das Casas do Cabido da Sé de Braga*, colect. in, *Mapa das Ruas de Braga*, 1750, ADB/UM/IBM Portuguesa, vol II, Braga 1989/91.
- LUÍS, cónego Tristão — *Memorial das Obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa* [1532 a 1565(?)], in, COSTA, Avelino de Jesus da — *D. Diogo de Sousa... opus. cit.*
- Mapa das Ruas de Braga* — (edição *fac-simile*), ADB/UM/IBM Portuguesa, vol I, Braga 1989/91.
- THADIM, Manoel José da Siva — *Diário Bracarense das epocas, fastos e annaes mais memoráveis (...) desde o principio do século XVI athe o meyo do século XVIII* — 1764, ADB, Ms. 1054.